

ISABEL ALEXANDRA RODRIGUES DE FREITAS BRANCO

**A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E AMBIENTAL
DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE ESCOLA**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Porto, 2018

ISABEL ALEXANDRA RODRIGUES DE FREITAS BRANCO

**A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E AMBIENTAL
DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE ESCOLA**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Porto, 2018

ISABEL ALEXANDRA RODRIGUES DE FREITAS BRANCO

**A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E AMBIENTAL
DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE ESCOLA**



Isabel Alexandra Rodrigues de Freitas Branco

**Projeto de Investigação apresentado à
Universidade Fernando Pessoa para
cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Docência e
Gestão da Educação, ramo Administração
Escolar e Administração Educacional
realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Fátima Paiva Coelho**

Porto, 2018

“If you think education is expensive,
try ignorance”

Adágio Popular Americano

RESUMO

No Relatório Eurydice (2014) apela-se, mais do que nunca, a fazer-se mais com menos, o que expressa a urgência da racionalização dos recursos disponíveis e serve de motivação a uma reflexão sobre o caminho trilhado pela Educação em Portugal e à proposta de um novo modelo sustentável. A Finlândia e Bali são dois exemplos, de qualidade educativa, acompanhada de uma racionalização e rentabilização de recursos. Logo, é possível promover a sustentabilidade do sistema educativo, quer a nível ambiental – educando para a cidadania, quer a nível financeiro – aproveitando os recursos locais.

Este estudo tem como objetivo verificar a aceitabilidade de um projeto alternativo de escola na sua vertente de sustentabilidade económica e ambiental. Trata-se de um projeto de cariz misto.

Para atingir os objetivos pretendidos, inquiriram-se 208 participantes assim distribuídos: 27 alunos; 15 elementos da Gestão das Escolas; 6 Dirigentes Educativos; 112 docentes; 12 Encarregados de Educação; 15 Não Docentes e 20 elementos extra Comunidade Educativa, através de um questionário fechado, e duas entrevistas semiestruturadas à vereadora da Educação da Câmara Municipal do Funchal e ao Sr. Secretário Regional da Educação da Região Autónoma da Madeira.

Conclui-se que a comunidade educativa consultada é recetiva às mudanças que se colocam à escola, mas tem receio em participar ativamente nesta nova organização, com exceção dos encarregados de educação com aprovação de 70%. Os entrevistados estão, também, muito recetivos à mudança mas ressalvam que a formação de professores e dirigentes educativos pode estar desajustada desta era marcada pela sustentabilidade do Planeta.

Com base nos dados adquiridos, elaborou-se uma proposta de intervenção com diversas estratégias a implementar, nomeadamente equipas de docentes fixas e multidisciplinares; trabalho cooperativo; transversalidade do currículo (sem disciplinas) incidindo na reciclagem e preocupações ambientais; recurso a parcerias, obtenção de receitas próprias com patrocínios, candidaturas diretas a fundos comunitários e participação ativa dos encarregados de educação no projeto da escola.

Palavras-chave: sustentabilidade ambiental e financeira, modelos inovadores, autonomia

ABSTRACT

Eurydice Report (2014) refers that nowadays, more than ever, one must do more with less, which underlines the need to rationalize the available resources and therefore suggests a reflection about the foundations of Education in Portugal and eventually leads to the proposal of a new and sustainable model.

Finland and Bali are examples of educational excellence, based on rationalization and rentibilisation of local resources. Therefore it is possible to promote sustainability in the educational system, both environmental (education for citizenship) and financial (using local resources).

This work aims to assess the acceptability of an alternative school model in terms of environmental and financial sustainability.

In order to fulfill the proposed goals, i) 208 participants answered verified questionnaires (27 students, 15 representatives of school management bodies, 6 educational leaders, 112 teachers, 12 parents, 15 non-teaching school workers and 20 nonmembers of the educational community) and ii) 2 semi structured interviews were conducted with the councilor of Education of the Municipality of Funchal and the Regional Secretary for Education of the Autonomous Region of Madeira.

It was shown that the accessed educational community is receptive to the changes proposed, but is afraid in actively taking part in the new system, with the noticeable exception of parents (70% approval). The participants are open to changes, but show concerns about the bias between the traditional training of teachers and educational managers and this era marked by issues related to the sustainability of the planet.

Based on the data, an intervention proposal was developed with several strategies: fixed and multidisciplinary groups of teachers; cooperative work; transversal curriculum (without subjects) focusing on recycling and environmental concerns; promotion of partnerships, obtaining extra revenues via sponsorships, rental of rooms and equipment; providing training to the community; exploitation and sale of agricultural products/handicrafts; applying to EC funds and parents active participation in the school project.

Keywords: environmental and financial sustainability, innovation models, autonomy

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Fátima Coelho pela compreensão demonstrada quando, nos meus momentos menos bons, vacilava no caminho a seguir. A sua disponibilidade, colaboração e incentivo foram cruciais na conclusão deste trabalho;

Ao Sr. Secretário Regional da Educação, Dr. Jorge Carvalho pela sua disponibilidade prontamente demonstrada na cedência de umas horas do seu tempo para uma conversa aberta e franca sobre a sua visão para a educação na Madeira;

À Sra. Vereadora da Câmara Municipal do Funchal com o pelouro da Educação, Dra Madalena Nunes pela partilha da sua vivência enquanto autarca mas, especialmente, enquanto profissional de educação.

Aos colegas que participaram neste estudo pela prestimosa colaboração neste trabalho. Sem eles, não seria possível saber o quanto favoráveis estão aos ventos de mudança.

À minha prima, Isabel, que desde sempre, soube arrastar-me para o lado bom da Força. E com quem também ri, chorei e desabafei.

Ao César. Por todas as razões e mais alguma. E ele sabe bem porquê.

Ao Gaspar e ao João, os outros homens da minha vida. Isto é para eles e por eles. E para mais tarde recordar.

ÍNDICE GERAL

Resumo	ix
Abstract.....	xi
Agradecimentos	xiii
Índice Geral.....	xv
Índice de Figuras	xvii
Índice de Quadros	xix
Índice de Abreviaturas	xxi
Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	5
I.1 O Sistema Educativo Português	5
I.2 Fontes de Financiamento do Sistema Educativo	6
I.2.1 Receitas gerais via orçamento de estado.....	6
I.2.2 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEED)	8
I.2.3 Receitas próprias das escolas: orçamento privativo	10
I.2.4 Sustentabilidade de um projeto alternativo de escola.....	13
II. Abordagem Empírica	19
II.1 Problemática.....	19
II.2 Objetivos do estudo	23
II.3 Universo, Amostra e Participantes.....	23
II.4 Metodologia do Estudo.....	26
II.5 Instrumentos e Procedimentos	27
III. Apresentação e Análise dos resultados	31
IV. Proposta do Projeto de Intervenção	45
V. Considerações finais.....	49
VI. Referências Bibliográficas.....	53
Anexos	61
Anexo 1. Análise SWOT- Pontos fracos de algumas escolas	63

Anexo 2. Greenschool Bali- Finance report 2015	65
Anexo 3. Validação de questionário por peritos	67
Anexo 4. Inquérito aplicado depois da validação por peritos	81
Anexo 5. Conferência “Des(a)fiar a Escola.....	85
Anexo 6. Pedido de autorização à CMF para aplicação do Inquérito	87
Anexo 7. Guião da Entrevista.....	89
Anexo 8. Pedido de Audiências para Entrevistas	97
Anexo 9. Declaração de Consentimento Informado	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Representação gráfica da distribuição da amostra pela função que desempenha.....	24
Figura 2. Distribuição da amostra pelo escalão etário	25
Figura 3. Distribuição da amostra pelo género	25
Figura 4. Análise de frequências sobre a importância dada à estabilidade económica do projeto.....	31
Figura 5. Análise de frequências sobre sustentabilidade económica assente em preocupações ambientais	32
Figura 6. Análise de frequências sobre a consideração do projeto ser uma mais-valia para a Região	33
Figura 7. Análise de frequências sobre a importância do projeto não acarretar despesas acrescidas à Região	34
Figura 8. Análise de frequências sobre o interesse em participar no projeto	35
Figura 9. Análise de Frequência relativa à importância da sustentabilidade económica e ambiental permitir a sua gratuidade	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição da amostra pela função que desempenha.....	23
Quadro 2. Distribuição da amostra pelo escalão etário.....	24
Quadro 3. Distribuição da amostra pelo género.....	25
Quadro 4. Categorias e Sub-Categorias encontradas	29
Quadro 5. Dados relativos à importância de garantir a estabilidade económica do projeto	31
Quadro 6. Dados relativos à sustentabilidade económica assente em preocupações ambientais	32
Quadro 7. Dados relativos à consideração do projeto ser uma mais-valia para a Região	33
Quadro 8. Dados relativos à importância do projeto não acarretar despesas acrescidas à Região	34
Quadro 9. Dados relativos ao interesse de participar no projeto.....	35
Quadro 10. Dados relativos à importância da sustentabilidade económica e ambiental permitir a sua gratuidade.....	36
Quadro 11: Categoria- Sensibilização para um projeto inovador	38
Quadro 12: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Maiores gastos na Educação	38
Quadro 13: Categoria- Sustentabilidade Financeira; Subcategoria- Contratos de autonomia (financeira)	39
Quadro 14: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Taxa de retenção.....	40
Quadro 15: Sustentabilidade Financeira; Subcategoria- Utilização Racional de Professores	40
Quadro 16: Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Parcerias e Patrocínios	41
Quadro 17: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Receitas Próprias	42
Quadro 18: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria: Apoios Comunitários	42
Quadro 19: Categoria- Sustentabilidade Ambiental	43
Quadro 20: Propostas de Intervenção	47

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

CMF - Câmara Municipal do Funchal

CNE - Conselho Nacional de Educação

FC - Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEIE - Fundos Estruturais e de Investimento Europeus

FSE - Fundo Social Europeu

I&D - Investigação e Desenvolvimento

ME- Ministério da Educação

OCDE – (OECD) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PEE - Projeto Educativo de Escola

PIB – Produto Interno Bruto

PISA - Programme for International Student Assessment

RAM - Região Autónoma da Madeira

SRE - Secretário Regional da Educação

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

Ao longo da nossa história recente (desde os anos 70 do séc. XX), têm sido feitas várias reflexões e avaliações ao sistema educativo português. No entanto, a análise dos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2015) espelha que o atraso educativo português continua a ser muito notório, relativamente à média europeia. Quer isto dizer que as medidas implementadas para diminuir este fosso não têm surtido efeito ao contrário de outros países como, por exemplo, a Finlândia.

Em Portugal, as medidas tomadas têm sido inconsequentes, muitas vezes ao sabor de políticas de consumo imediato, revelando uma ausência de um plano a longo prazo para o país.

É confrangedor ver, já em pleno séc. XXI, que as infraestruturas básicas das escolas portuguesas continuam amarradas ao séc. XIX. Não faz sentido nenhum, com toda a gama de “novas tecnologias” que se começa a implementar nas salas de aula, estas ainda só estarem dotadas de uma única tomada de eletricidade; a projeção de material multimédia ser impedida pela arquitetura estrutural das salas e a inexistência de cuidados a nível da claridade natural, ora entrando claridade a mais, ora de menos. A falta de manutenção a que foram votados os edifícios escolares durante todos estes anos, levou a que estes sejam hoje espaços lúgubres, pouco atrativos para os alunos, onde estes, realmente, não se sentem em casa.

No entanto, o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário veio, sem dúvida, responsabilizar as escolas pela eficiência organizacional, exigindo uma maior preocupação com a qualidade em educação. Em 2008, no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (n.º 1 do artigo 8.º), a autonomia passou a ser definida como (Diário da República, 2008, p.2344):

“a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos”.

Refletindo sobre o conceito de autonomia de escola, alguns autores referem-se à dimensão jurídico-administrativa como a competência que os órgãos de gestão escolar possuem para decidir nas áreas administrativa, pedagógica, e financeira (Falcão, 2013; Santos, 2012).

A autonomia financeira das escolas é definida pelo poder de gerar receitas próprias e aplicá-las a despesas próprias, de acordo com um orçamento livremente aprovado. João Barroso, no seu relatório elaborado a pedido do Ministério da Educação (ME) em 1997, afirma que (Barroso, 1997, *cit in* Falcão, 2013, p. 29):

“ (...) o conceito de autonomia está etimologicamente ligado à ideia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência”.

Nesta visão, um diretor de escola é também um gestor financeiro: tem de saber gerir os recursos, fazer face às despesas a curto, médio e longo prazo, e criar novas receitas, sendo a prestação de contas um elemento fulcral para a apreciação da legalidade e responsabilidade financeira (Santos, 2013).

Num mundo em constante mudança, as preocupações de sustentabilidade financeira estão de mãos dadas com a sustentabilidade ambiental. Segundo Souza (2015), os problemas ambientais não deverão ser solucionados apenas por decreto. É imperioso que a Educação assuma a responsabilidade pela educação ambiental nas escolas, uma vez que é nela que reside a possibilidade de construção dos princípios da sustentabilidade.

Por outro lado Schmidt e Guerra (2013) no seu estudo sobre a educação ambiental em Portugal constatou que estamos perante um afunilamento que vai limitar a integração de outras áreas tão importantes para o desenvolvimento sustentável- atividades económicas, questões sociais, saúde, ordenamento do território, só para nomear algumas. Neste momento a educação ambiental para a sustentabilidade nas escolas está confinada a temas muito específicos: política dos 3Rs, fauna e flora em desfavor da questão cívica.

Por tudo o que atrás se apresentou, fez sentido definir como objetivo deste trabalho e como principal propósito, compreender como se pode contribuir para melhorar as práticas sobre o desenvolvimento sustentável na sua vertente financeira e ambiental no sistema educativo da RAM.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos, seguido das referências bibliográficas e respectivos anexos.

O trabalho teórico desta intervenção concentra-se no primeiro capítulo que se foca na revisão da literatura sobre fontes de financiamento e gestão financeira do modelo educativo português recorrendo a um paralelismo com a sustentabilidade financeira e ambiental de outros modelos educativos.

Após o seu enquadramento teórico parte-se para a abordagem empírica, no capítulo II, onde se procura, a partir da questão de partida e objetivos do estudo verificar a aceitabilidade, por parte da comunidade alvo- agentes governamentais, docentes, discentes e encarregados de educação- de um novo modelo de gestão escolar que irá produzir *mais com menos* (Eurydice, 2014). Também neste capítulo faz-se referência à metodologia adotada, à caracterização dos participantes, assim como aos procedimentos e instrumentos utilizados neste estudo.

No capítulo seguinte, o terceiro, apresenta-se e analisa-se os resultados obtidos. Com base nestes resultados, o capítulo quarto é dedicado à apresentação de uma proposta de projeto de intervenção, com vista a implementar algumas medidas que fomentem a aplicação de um novo projeto de escola que se fundamente numa sustentabilidade financeira e ambiental.

No último capítulo procede-se às considerações finais que norteiam este projeto de intervenção, seguidas das referências bibliográficas que serviram de suporte a este trabalho e os anexos.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.1 O SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

Em Portugal, há um histórico atraso educativo que já vem do séc. XIX e que se agravou com a ditadura muito tradicionalista e prolongada no séc. XX.

A taxa de analfabetismo de 80%, no início do séc. XX em Portugal (Gonçalves, 2013), contrastava com o resto da Europa, onde este problema praticamente não existia. No início da década de 50 as relações entre a educação e a economia revelaram uma nova consciência, o que levou a uma aposta na formação profissional. Porém, dadas as condições económicas da época, Portugal recorreu à ajuda da Organização Europeia de Cooperação Económica (OCDE), o que revelou, pela primeira vez, a necessidade de estabelecer contactos com organismos internacionais. Assim nasce o Projeto Regional do Mediterrâneo, cujo objetivo central é o de fazer a previsão das necessidades escolares e impactos financeiros face às necessidades de mão-de-obra, designadamente de natureza científica e técnica em função do crescimento económico previsto (Gonçalves, 2013).

Portugal demorou muito tempo a começar a resolver este problema e só depois da Revolução de 1974 é que se encetou um programa de investimento económico, público, social e profissional na área da educação. Nesta época procurou-se investir na formação dos professores com vista a combater a retenção e o abandono escolar que eram muito elevados. No entanto, a fase de normalização democrática (1976-1986) ficou marcada por um bloqueio estrutural da economia portuguesa, que foi impedindo sucessivamente a reforma do sistema educativo, quase até aos nossos dias (Gonçalves, 2013).

Nas últimas décadas, a despesa pública aumentou significativamente na Educação, passando de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1972, atingindo o valor máximo de 5,1% do PIB em 2002 (Pordata, 2015).

Em 2002, Portugal enfrentava uma grande crise oriunda de duas causas essenciais. Por um lado, a diminuição da população escolar (que se verificava desde 1995), contrastando com o contínuo aumento da contratação de professores (Justino, 2014) e, por outro, um número muito elevado de escolas rurais, isoladas e com poucos alunos. Foi então, necessário implementar um processo que visava racionalizar estes recursos: agrupamento

de várias escolas e transferência dos alunos das pequenas escolas rurais para centros escolares (Justino, 2014).

Com estas medidas foram encerradas cerca de 3200 escolas rurais e criaram-se cerca de 500 centros escolares (criados de raiz ou ampliações de escolas já existentes).

Estas medidas educativas de racionalização de recursos tiveram impactos de várias ordens. Os alunos beneficiaram de melhorias visíveis, quer ao nível das instalações, quer ao nível das relações interpessoais e acesso a novas experiências. Os professores também deixaram de ficar isolados, beneficiando da troca e partilha de experiências. No entanto, esta mudança provocou algum desconforto nas populações rurais, pela perda de proximidade habitual com os agentes educativos da escola local e pela preocupação associada aos longos percursos entre as habitações e os novos centros escolares (Justino, 2014).

Todas estas medidas, que visaram o aumento do sucesso escolar e, em simultâneo, a racionalização de custos (decrésimo do orçamento da educação de 5,1% do PIB em 2002 para 4,0% em 2014) (Pordata, 2015), são avaliadas pelos diversos relatórios Eurydice, pelos resultados dos testes PISA - Programme for International Student Assessment - e pelo Eurostat. Apesar de tudo, Portugal continua a figurar abaixo da média da OCDE, não obstante ter vindo a apresentar uma gradual melhoria nos resultados escolares (Eurydice, 2015).

I.2 FONTES DE FINANCIAMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO

I.2.1 Receitas gerais via orçamento de estado

A rede europeia de informação Eurydice publica relatórios periódicos sobre os sistemas educativos europeus. O relatório *Financing Schools Mechanisms, Methods and Criteria in Public Funding* - Eurydice Report, 2014 versa sobre o financiamento das escolas públicas europeias. O estudo cobre 27 dos 28 Estados da União Europeia e mais 4 países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Turquia.

Analisar os modelos existentes é complexo, pois os orçamentos para a Educação foram reduzidos em vários países, sobretudo naqueles que tiveram maiores défices, onde se inclui Portugal. No nosso país, em 2011, por imposição do Memorando de Entendimento, o orçamento para a Educação foi reduzido em 370 milhões de euros (diminuição de 5,6%)¹ e no ano seguinte, foi proposta nova redução de mais 555 milhões de euros o que equivaleu a uma diminuição de 8% do orçamento total².

Existem dois países onde os resultados dos alunos “pesam” diretamente no montante a receber pelas escolas: enquanto a Holanda distribui prémios, na Inglaterra aplica-se castigos. Quando os critérios na atribuição de fundos são baseados na performance dos alunos, o sistema holandês identifica aqueles alunos que estão em risco de abandono escolar e por cada um deles, há um financiamento extra para aplicar nestes casos. Já na Inglaterra, prevê-se uma redução do financiamento escolar por cada aluno que abandone o sistema antes do seu término (Eurydice, 2014).

Em 11 países, os orçamentos disponíveis para as escolas rurais e urbanas são diferentes, pois as especificidades geográficas são tidas em conta. Na Dinamarca, Finlândia e Polónia, por exemplo, esses montantes são superiores nas zonas mais remotas. Em Portugal, isto não existe.

Na maioria dos países europeus incluídos no estudo, as autoridades regionais ou locais contribuem com as suas receitas para financiar as escolas, mas somente em metade desses países, as autoridades locais financiam os salários dos docentes. Nos restantes casos, Portugal incluído, os municípios (ou equivalentes) só pagam despesas com pessoal não docente, ou despesas de funcionamento (manutenção, transportes, etc.).

Em todos os países do estudo, com exceção da Islândia, as autoridades centrais (Ministérios ou equivalentes) estão envolvidas na transferência de financiamento para pagamento de salários dos docentes.

Este relatório faz uma análise a vários modelos existentes: aqueles que financiam as escolas usando critérios universais muito objetivos, tais como o número de alunos (é uma forma mais transparente de alocar recursos) e outros modelos que introduzem variáveis,

¹ Memorando de Entendimento 2011

² Orçamento da Educação 2011-2012

tais como características sócio- económicas dos alunos (o que faz com que os recursos sejam dirigidos para onde são mais necessários).

Na prática, somente em 5 países o background sócio- económico dos alunos se reflete nos orçamentos, Portugal, mais uma vez, não incluído. No entanto, o relatório aponta que noutros países as escolas possam acabar por receber mais verba, em função das características dos alunos, por meio de alguns programas mais específicos. Mas, também se admite, que em tempos de crise, estes programas sejam mais suscetíveis a cortes orçamentais (Eurydice, 2014).

I.2.2 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)

A Coesão Económica e Social foi, desde sempre, um objetivo fundamental da União Europeia (UE). Em 1988 criou-se a Política de Coesão, que se tornou um instrumento fundamental na promoção do desenvolvimento equilibrado e igualdade de oportunidades dos 27 Estados-Membros e das 271 Regiões da UE. (EUR-Lex, 2015) Esta Política foi-se desenvolvendo por ciclos plurianuais: de 1989-1993 a 2014-2020.

O Tratado de Lisboa, em vigor desde 1 de Dezembro de 2009, veio acrescentar as dimensões da solidariedade (energética e de catástrofes naturais/ provocadas por ação humana e de coesão territorial (transportes, Internet, entre outras) com o intuito de maximizar os pontos fortes de cada território (EUR-Lex, 2015) e a coesão na construção da UE.

No sentido de apoiar a concretização desse grande objetivo, foram criados os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEIE). Trata-se de instrumentos de cofinanciamento a que os Estados-membros se podem candidatar para, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, apoiar ao longo de períodos plurianuais definidos, os esforços nacionais de desenvolvimento, com vista à realização plena da coesão (EUR-Lex, 2015).

Desde a adesão de Portugal à UE em 1986, o nosso país tem beneficiado de importantes apoios, através das contribuições financeiras dos Fundos Estruturais.

Atualmente, segundo a Legislação da UE, através da EUR-Lex, (2015) estes fundos existem para concretizar os objetivos da estratégia «Europa 2020» da UE, lançada em 2010. A meta de 2020 (Comissão Europeia, 2014) visa não só a saída da crise, como também proporcionar um crescimento sustentável e inclusivo. Foram definidos cinco objetivos que a UE deverá atingir até ao final de 2020. Esses objetivos dizem respeito ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza. Neste sentido, existem cinco fundos de apoio: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) (EUR-Lex, 2015).

Todas as regiões da UE são elegíveis para financiamento do FEDER e do FSE, mas só as regiões menos desenvolvidas são elegíveis para apoio do FC. O financiamento disponível no âmbito da política de coesão da UE para o período 2014-2020 ascende a 351,8 mil milhões de euros (EUR-Lex, 2015).

Os fundos FEADER (no âmbito da política agrícola comum, 85 mil milhões de euros) e FEAMP (no âmbito da política comum das pescas, 6,5 mil milhões de euros) são especificamente destinados às necessidades das regiões rurais e marítimas, respetivamente (EUR-Lex, 2015).

O forte alinhamento dos objetivos portugueses para a Política de Coesão no período 2014-2020³ com a Estratégia Europa 2020 é visível nos objetivos definidos pelo Estado Português para o próximo período. O governo português definiu três objetivos gerais: Crescimento baseado no conhecimento e na inovação – com prioridades nas áreas da Inovação, Educação e Sociedade Digital; Uma sociedade inclusiva com alta empregabilidade – com prioridades no Emprego, Competências e Combate à Pobreza e Crescimento sustentável: uma economia competitiva e sustentável – com prioridades no Combate às Alterações Climáticas, Energia Limpa e Eficiente e Competitividade.

Portugal ainda enfrenta vários constrangimentos no domínio da sustentabilidade e no uso de recursos. Para responder a estes constrangimentos é necessário mobilizar fundos comunitários que promovam a transição para uma economia de baixo teor em carbono, a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas e a proteção do ambiente e

³ Acordo de Parceria Portugal 2020.

promoção da eficiência de recursos. Para a concretização destes objetivos, Portugal irá receber 25 mil milhões de euros até 2020 (IFDR, 2015).

Ao longo da última década, Portugal evoluiu positivamente em vários aspetos com o contributo dos fundos comunitários - destacando-se a taxa de abandono escolar precoce (de 43,6% em 2000 para 19,2% em 2013), a proporção da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB (de 0,73% em 2000 para 1,5% em 2012) e o peso das energias renováveis no consumo total de energia no país (de 19,2% em 2004 para 24,6% em 2012) (Pordata, 2015).

A Estratégia Europa 2020, ainda segundo o Acordo de Parceria (2014) apresenta três grandes prioridades estratégicas de crescimento: o crescimento inteligente para se desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; o crescimento sustentável, no sentido de se promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva e o crescimento inclusivo, para se favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegurem uma maior coesão económica, social e territorial.

O acordo de parceria acima referido entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, poderá contribuir para a educação ambiental a promover nas escolas: incentivar o crescimento verde através de medidas que reforcem a sustentabilidade; investir em inovação, investigação, desenvolvimento tecnológico e apoio à difusão da ecoinovação; orientar investimentos e instrumentos de financiamento no sentido de apoiarem projetos e operações que tenham em conta critérios de sustentabilidade, como a utilização mais consciente e eficiente dos recursos naturais.

I.2.3 Receitas próprias das escolas: orçamento privativo

Os primeiros registos a atribuir às escolas um cunho mais autónomico apenas surgiriam em 1989, apesar da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 já fazer umas ténues referências ao tema. Só através do Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, que ficou conhecido pelo cognome de “Diploma da Autonomia” (Cunha, 2015, p.67), consagrou a autonomia das escolas. No seu preâmbulo, afirma-se a intenção de “redimensionar o seu

perfil de atuação (...) nos planos cultural, pedagógico, administrativo e financeiro” (Cunha, 2015, p.67-68) sendo que este último tarda a ser aplicado eficazmente aqui na Região Autónoma da Madeira (RAM).

Ainda no preâmbulo deste Decreto-Lei é referido que, “a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio” e que a autonomia deve ser exercida “através de competências próprias em vários domínios.” (Cunha, 2015, p.68).

Assim, foi possível desenvolver e aplicar projetos educativos locais e diferenciados, consoante o contexto socioeconómico onde as escolas estavam inseridas. O próximo passo foi tentar arrecadar algumas receitas próprias de forma a complementar o orçamento da escola.

Contudo, não bastava redigir uma lei, era necessário aplicá-la. Apesar de se ter verificado alguma evolução no sentido da descentralização, a passagem de certas competências e recursos às escolas, especialmente no que diz respeito à autonomia financeira, não se verificou. (Cunha, 2015). Todo o excedente de um orçamento, assim como as receitas arrecadadas tinham que ser devolvidas aos serviços centrais.

Lima et al. (2006) vão mais longe ao afirmar que o Estado centralizador é o que o legitima: convém, por um lado, sustentar um discurso a favor da descentralização mas, por outro retardar a implementação dessas medidas, pois só assim se consegue manter o controlo.

Após alguns avanços e recuos na década de 90, só em 2008, com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, a autonomia passou a ser contratualizada e com o reconhecimento pela lei e pela administração educativa, e a escola passou a tomar decisões nos vários domínios até então centralizados: organização curricular; gestão de recursos humanos; gestão patrimonial, administrativa e gestão financeira.

Assim, agora estamos em posição de evoluir para outras soluções, onde os objetivos e programas serão definidos centralmente, mas onde as unidades de ensino já podem usufruir de uma considerável autonomia, quer em termos pedagógicos, quer em termos financeiros (Lima et al., 2006).

Como já foi referido anteriormente, o poder de gerar receitas próprias e aplicá-las na própria escola é a nova definição de autonomia financeira. A figura do diretor escolar tem agora novas funções: ser um gestor financeiro. Aqui, terá que saber lidar com os recursos

existentes para suprir gastos inesperados; lidar com as despesas fixas a curto, médio e longo prazo; terá de saber criar novas fontes de receitas, gerir recursos e, no final, prestar contas, pois agora recai nos seus ombros a responsabilidade financeira.

Uma das conclusões gerais do PISA 2009 (PISA, 2009) refere que um sistema educativo, com autonomia local associado a uma efetiva responsabilidade, produz melhores resultados. Dos 65 países estudados, Portugal encontra-se na 58^o posição, o que quer dizer que, apesar da legislação recente tender a assegurar maior autonomia às escolas e aumentar as competências de outros órgãos decisores (como as autarquias), a generalidade da legislação produzida continua a restringir a capacidade de gerir os recursos de uma forma autónoma e adequada às situações concretas vivenciadas pelas escolas e a impedir a implementação de outras metodologias e práticas que sejam consideradas as mais ajustadas ao seu sucesso educativo (CNE, 2011).

Nas recomendações sobre o financiamento das escolas públicas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) continua a referir que os orçamentos geridos diretamente pelas escolas são somente 10% dos custos reais do seu funcionamento. Os 90% restantes são fornecidos às escolas por outras entidades- ME ou Governo Regional- que servem para pagamento de salários a todo o pessoal docente, técnico e administrativo da escola e até mesmo para a manutenção dos edifícios escolares (CNE, 2011).

Assim, é necessário consubstanciar um orçamento privativo através da contribuição particular (bolsas a estudantes); donativos e patrocínio de empresas ou particulares, aluguer de salas e outros espaços, campos de férias para alunos e professores, formação, exploração e venda de produtos agrícolas e artesanais. Também a escola poderá contar com a colaboração de elementos voluntários, quer na formação em áreas específicas ligadas à valorização do património cultural local, quer na promoção de eventos que envolvam a comunidade.

1.2.4 Sustentabilidade de um projeto alternativo de escola

i. Financeira

Uma das definições de sustentabilidade como um conceito de preservação de bens naturais/culturais para que as gerações futuras possam ter acesso aos mesmos é defendida por Rattner (1999). Este autor refere que o conceito de desenvolvimento sustentável foi transitado da temática do ambiente para a melhoria de qualidade humana e que tem influenciado a reflexão e ação de empresas, organizações e Governos.

Para Santos (2009) é um fenómeno multidimensional, de longo prazo, envolvendo as organizações da sociedade civil, sujeitos e objetos da discussão, desafiadas a debater e providenciar a sua própria sustentabilidade.

A sustentabilidade económica é entendida como o equilíbrio entre a eficiência na execução da missão e a capacidade de obter recursos (Marques, 2014).

Para Moniz (2016) este tipo de sustentabilidade coloca-se ao nível do económico e financeiro; o económico traduz-se nos custos com a estrutura e a dimensão financeira está relacionada com as despesas, receitas e financiamentos obtidos pelas organizações.

A sustentabilidade económica é entendida como o equilíbrio entre o cumprimento da missão, articulação económica e financeira, mobilização de recursos e relação com o meio (Marques, 2014). Isto implica a garantia do cumprimento da missão com a eficiência, eficácia e mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

Na lógica da contribuição de recursos financeiros para a continuidade sustentável, Moniz (2016) considera que a articulação das fontes de financiamento é uma das condições para este pressuposto. Para esta autora, a auto sustentabilidade dessas instituições não significa que elas não precisem de financiamento público, mas sim que devem combiná-los com a capacidade de gerar receitas próprias regulares e financiamentos privados. Demonstra-se a necessidade das entidades articularem as fontes de financiamento públicas, privadas e receitas próprias como condição da sustentabilidade e garantia da sua existência, caso alguns dos fundos deixem de existir.

Marques (2014) aponta a tendência das organizações se libertarem da dependência do financiamento público e caminharem para a diversificação de fontes de financiamento como uma linha orientadora da sustentabilidade.

As dificuldades de acesso aos escassos recursos financeiros e o aumento da competitividade entre as entidades, na sua captação, geram a necessidade de profissionalização das organizações e a falta de preparação dos gestores é uma das maiores dificuldades de acesso a fontes de receitas (Moniz, 2016).

ii. Ambiental

Nos meados dos anos 60 do séc. XX surgiram alguns grupos de cidadãos que partilhavam os mesmos interesses pelos cuidados do meio ambiente e pela qualidade de vida das populações. Estes grupos ambientalistas (Souza, 2015) consciencializaram os Estados para que estes tomassem a iniciativa de promover uma educação ambiental nas escolas. Assim, vários conceitos de educação ambiental começaram a surgir, de acordo com os contextos ecológico e socio ambiental da época.

Para Medina (1999, *cit in* Souza, 2015, p.10):

“a Educação Ambiental tem como objetivo construir relações sociais, econômicas e culturais que respeitem as diferenças, como por exemplo, minorias étnicas, populações tradicionais, e a liberdade para decidir os caminhos do desenvolvimento sustentável.”

De acordo com Philippi (2001, *cit in* Souza, 2015, p.10):

“a Educação Ambiental deve buscar valores que proporcione uma relação harmoniosa das espécies com o meio ambiente. É preciso considerar que os recursos da natureza e suas reservas são finitas, devendo ser utilizadas racionalmente, evitando o desperdício.”

A Educação Ambiental tem como objetivo promover uma visão colaborativa e crítica das realidades sócio ambientais a partir do fortalecimento de redes de solidariedade (Souza, 2015).

Ainda Souza (2015), no seu estudo sobre cidadania, educação ambiental e sustentabilidade no ambiente escolar, conclui que os alunos têm conhecimento sobre o que é a sustentabilidade ambiental e sabem que ações tomar para aumentar a

sustentabilidade ambiental do planeta, mas não aplicam esses conhecimentos adquiridos no seu dia-a-dia.

Ou seja, é todo um aspeto cultural de mudança de mentalidade que leve a despertar o sentido de cidadania que existe nos alunos e que os torne mais pró-ativos.

Por outro lado, Schmidt e Guerra (2013) afirmam que o Estado, na sua vertente da Educação, insiste em sobrevalorizar a questão ecológica em desfavor da questão cívica, quando se trata da Educação Ambiental/ Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O Estado releva áreas tão importantes para a sustentabilidade como as atividades económicas ou mesmo as questões da qualidade de vida.

Os mesmos autores admitem que atribui-se um peso excessivo à escola, principalmente aos alunos mais jovens, e que deveria haver uma maior abrangência que permitisse envolver toda a comunidade escolar, as famílias e o resto da sociedade. Acusam que esta desarticulação é devida à visão mais curricular do ME e duma prática mais recreativa do Ministério do Ambiente. A educação ambiental tem permanecido confinada à escola, à sala de aula, sem sequer haver sinais de transversalidade a toda a comunidade dentro da escola.

De realçar que a predominância de temas abordados na escola (Política dos 3Rs) não reflete o que se passa no mundo real (Schmidt & Guerra, 2013), pois estando o país a atravessar uma época bastante problemática com os incêndios, os períodos de seca prolongada, e a poluição dos rios, nem mesmo assim, estes temas suscitaram interesse nos projetos apresentados.

a. Modelos exemplares de sustentabilidade financeira e ambiental

A sustentabilidade financeira e ambiental é possível como comprovam modelos internacionais de sucesso.

A crise económica vivida na Finlândia nos anos noventa do séc. XX refletiu-se em elevados níveis de desemprego -superiores a 25% (Sahlberg, 2011).

O paradigma da Economia do Conhecimento (Sahlberg, 2011) e a especialização em determinados setores: telecomunicações, *software*, automação, transformação de navios,

equipamento para a indústria do papel, bioquímica, foram as soluções encontradas para um país com escassos recursos naturais e difíceis condições climáticas.

A Finlândia aplicou uma reforma no seu sistema educativo, tendo por base políticas sociais, que verdadeiramente ofereciam condições iguais para todas as crianças (saúde, alimentação, docentes para apoio a alunos com dificuldades, equipas de pedagogos, psicólogos, dentistas e outros médicos). Como resultado, o país evoluiu, estando hoje, nos primeiros lugares de rankings da OCDE (educação, inovação, competitividade), qualidade de democracia, índice de justiça e índice de felicidade (OCDE, 2015).

O país revolucionou o seu sistema educativo de acordo com as seguintes premissas: inclusão social; política radical de valorização da docência (grande investimento na formação) e currículos adaptados a novas metodologias de aprendizagem: privilegiam o relaxamento e criatividade e o ensino que promova o pensamento de forma independente (Sahlberg, 2011).

Neste sentido, a política de acesso aos bens culturais fez aumentar a qualidade das instituições socioculturais, como por exemplo as bibliotecas bem equipadas de recursos materiais e humanos e as bibliotecas móveis (Gonçalves, 2013).

A gratuidade do sistema educativo estendeu-se aos materiais didáticos e transportes escolares, o que fez com que a Finlândia fosse o país com maior número de livros por mil habitantes do mundo. Além disso, o Estado continuou a financiar várias instituições de música e dança que são muito valorizadas pela população (Gonçalves, 2013).

Após algum tempo de experimentações, a Finlândia decidiu colocar em prática mudanças mais profundas: os horários, turmas e as disciplinas foram alterados e com elas os projetos tornaram-se transversais e multidisciplinares. As alterações pedagógicas influenciaram a própria configuração dos edifícios que sofreram algumas mudanças; as atividades escolares são concebidas em grupos com os professores a lecionarem em simultâneo, ora trabalhando com todos os alunos, ora desagregando-os em grupos diferenciados, de geometria variável, conforme a atividade a desenvolver, os ritmos das aprendizagens, as dificuldades dos alunos ou mesmo em função dos projetos em execução (Justino, 2016). Assim, o nível de literacia da população ascende, virtualmente, aos 100%.

Noutra parte do globo, a Greenschool Bali⁴ - inspirada na pedagogia Waldorf de Rudolf Steiner (Brazão, 2016), deu início a um modelo de educação diferente que oferece às crianças a possibilidade de um ensino integral e que as incentiva a desenvolver competências físicas, espirituais e emocionais, em ligação direta com a natureza. É uma escola com um currículo próprio - com disciplinas base como matemática ou ciências e disciplinas de Estudos Verdes com vertente mais prática e de contacto com a natureza - focado na sustentabilidade, tendo como objetivo o desenvolvimento nos alunos de um profundo respeito pela natureza e pela comunidade que os rodeia. Educadores e pesquisadores interessam-se não só pela impressionante e belíssima estrutura, feita quase totalmente de bambu, mas pela metodologia da escola internacional, que oferece uma formação baseada na visão holística, no aluno e na consciência ambiental (Brazão, 2016).

A visão desta Escola é de um ambiente natural, holístico e centrado nos alunos, que os capacite e inspire a serem criativos, inovadores e líderes verdes.

Nesta escola, os quadros são feitos de vidros de carros velhos forrados a papel branco - muito mais baratos que os quadros de cerâmica, mas a tecnologia de ponta também não falta, pois os alunos trabalham no seu computador pessoal (Brazão, 2016).

A missão da Greenschool contribui para a educação de jovens líderes em cidadania global. O objetivo é aliar um novo modelo de aprendizagem que aproveita as lições da natureza a uma preparação eficaz e relevante para um futuro de rápida mudança⁴.

A sustentabilidade económica desta comunidade deve-se à sua própria produção de alimentos, permacultura, gestão eficiente dos seus resíduos, utilização de fontes de energia ecológicas e renováveis; donativos, propinas, campos de férias para estudantes e suas famílias, formações (seminários) e alugueres de espaços (desde a sua inauguração até 2013, a comunidade teve cerca de 15 mil visitantes)⁵. Oitenta por cento da eletricidade utilizada pela escola vem de painéis solares, os esgotos são de compostagem e todo o lixo é reciclado ou composto.

Os pratos são substituídos por pequenos cestos artesanais, forrados com folha de bananeira, onde são colocados os alimentos. No final, as folhas de bananeira passam a

⁴ www.Greenschool.org

⁵ <http://porvir.org/escola-em-bali-atrai-visitantes-mundo-inteiro/>

lixo orgânico e os cestos são empilhados para uma próxima utilização (Brazão, 2016). Nada é desperdiçado, nada é deixado ao acaso. Até os resíduos das sanitas ecológicas são transformados em resíduos orgânicos⁴.

Hortas orgânicas e criações de animais permeiam o campus e a comida servida vem da produção própria ou de agricultores locais⁵.

II. ABORDAGEM EMPÍRICA

II.1 PROBLEMÁTICA

No mundo atual cada vez mais é importante pensar na sustentabilidade, quer a nível financeiro, quer a nível ambiental. Estes aspetos são relevantes pois os recursos existentes têm de ser mais distribuídos (OCDE, 2015).

O modelo descentralizado de educação retira peso à administração central e cria melhores resultados. Neste modelo, o diretor de escola passa a ser um gestor de recursos para além de ser um gestor pedagógico. Gasta-se menos, a eficácia é maior, mas este modelo alternativo de gestão de escolas implica uma evolução no sistema de administração central que deverá abdicar do excesso de poder acumulado e permitir o sistema fluir. Esta visão de descentralização corrobora o financiamento diferenciado das escolas, mediante as especificidades geográficas, condições sócio-económicas da comunidade, bem como os resultados dos alunos e das práticas de gestão da escola (OCDE, 2015).

Noutro relatório Eurydice sobre a autonomia das escolas (Eurydice, 2007), na maioria dos países abordados, há autonomia para decidir onde empregar os fundos públicos atribuídos pelo Estado. No entanto, em Portugal, esta autonomia é menos evidente no que respeita à aquisição de equipamento informático ou despesas de capital. Aqui, as escolas não têm qualquer controlo sobre as decisões tomadas. Só nas despesas de funcionamento corrente é que as aquisições são efetuadas pelas escolas sem interferências externas (Eurydice, 2007).

Segundo o relatório Eurydice de 2014 (Eurydice, 2014) para assegurar a qualidade na educação de 32 países europeus, onde se inclui Portugal, os critérios apresentados, para garantir essa mesma qualidade, diferem dos que são usados no nosso país.

De realçar que em 11 estados europeus, Portugal não incluído, os orçamentos são diferenciados consoante as especificidades das escolas serem de meios rurais ou urbanos. E quanto mais distantes as escolas estiverem dos meios urbanos, mais recebem dos orçamentos atribuídos à Educação.

As autoridades regionais da maioria dos países europeus abrangidos neste estudo contribuem ativamente nas receitas de financiamento das escolas. No entanto, somente em metade dos países do estudo, os salários dos docentes são co-financiados pelas autoridades locais. As autoridades centrais ou Ministérios financiam os pagamentos (totais ou parciais) de salários dos docentes em todos os estados incluídos neste estudo.

Em Portugal, conjuntamente com os restantes Estados, os municípios só financiam os salários do pessoal não docente e as despesas de manutenção dos equipamentos/ edifícios e transporte.

De realçar que este relatório ao fazer uma análise aos vários modelos de financiamento das escolas, incide nos critérios muito objetivos relativos a esse financiamento, tais como o número de alunos de cada escola. Mas, por outro lado, o financiamento estatal tem em linha de conta algumas variáveis, tais como as condições sócio-económicas dos alunos ou o meio sócio-cultural onde a escola está inserida, o que faz com que os recursos sejam alocados para onde são mais necessários (Eurydice, 2014)

Em Portugal, a quase exclusividade do financiamento das escolas recair no ME tem trazido imensos constrangimentos, pois mais de 90% dos orçamentos para a Educação continuam a ser gastos com Pessoal. Até ao início do séc. XXI a despesa pública aumentou em diversos setores, entre eles a educação. Em percentagem do PIB, em 1972 passou de 1,4% para 5,1% em 2002 (Pordata, 2015). No entanto, a partir de 2002 até 2015, esse orçamento tem vindo a diminuir, sendo agora a estimativa de 3,9% do PIB para 2016 (Pordata, 2018). A modernização económica e social, tão necessária às nossas escolas, propagou-se, mas, depois, criou desequilíbrios devido à falta de riqueza na mesma proporção (Gonçalves, 2013). O crescimento da economia produtiva não tem conseguido criar as receitas necessárias para o Estado acompanhar o crescimento da despesa. A expansão das tecnologias causaram forte impacto no país, mas sem a sua manutenção e atualização, depressa os instrumentos se tornaram obsoletos.

As racionalizações de custos foram sendo feitas à custa de fecho de muitas escolas no interior do país e de aglomerados de escolas em Agrupamentos, com o intuito de diminuir o número de pessoal afeto à lista de pagamentos (Justino, 2014). Com os constrangimentos orçamentais recentes, aprovados pelo Memorando de Entendimento de 2011, entre os anos de 2011- 2013, as escolas não tiveram orçamentos para fazer face às despesas correntes, o que agravou o estado de funcionamento de muitas escolas. A

degradação do Parque Escolar ainda ocorre hoje em dia: a falta de manutenção dos edifícios e o material tecnológico obsoleto, são exemplos referidos conforme análise SWOT nos Projetos Educativos das Escolas (PEE), como um dos seus Pontos Fracos (Anexo 1). A acrescentar a tudo isto, uma classe docente que não se sente valorizada, o que foi um dos aspetos que se destacou nos estudos do PISA (PISA 2012): os melhores resultados aparecem em sistemas que valorizam os professores (melhores salários e condições de trabalho). A formação de professores nesses sistemas foi reformulada para contemplar uma combinação de pesquisa, prática e reflexão, com suporte em conhecimentos transversais e multifacetados.

As medidas tomadas, não só visavam a diminuição de custos, como também o aumento do sucesso escolar. É, outra vez, utilizar a máxima: fazer mais com menos. Estas medidas foram avaliadas pelos diversos relatórios Eurydice, PISA e pelo Eurostat. No entanto, os resultados portugueses continuaram abaixo da média da OCDE (Eurydice, 2015).

O sucesso dos exemplos de sustentabilidade referidos no capítulo I são confirmados pelos resultados dos relatórios PISA (PISA, 2012) e OCDE (OCDE, 2015), no caso da Finlândia.

Aqui, ressalva-se que as escolas que têm maior grau de autonomia nos seus currículos e nos seus recursos financeiros alcançam resultados melhores nas suas avaliações. (PISA, 2012). No entanto, se por um lado se afirma que escolas com recursos adequados (humanos e materiais) são cruciais para que os alunos obtenham toda uma educação de qualidade, não menos verdade será que isso só se traduzirá numa melhor aprendizagem somente se esses recursos forem bem aplicados. Também nestes relatórios não faltam exemplos de má aplicação de recursos que não se traduziram em melhores aprendizagens.

Outros dos fatores importantes a que a Finlândia recorreu foi valorizar a função docente, dando o devido destaque a uma profissão que foi considerada altamente especializada (como medicina, por ex.). Os sistemas educativos na OCDE que priorizaram salários mais altos para os professores, são também aqueles que obtêm melhores resultados (PISA, 2012), significando que nem só as boas condições materiais (tecnológicas e outras) são fatores decisivos para uma boa prestação.

A educação na Finlândia é praticamente toda ela financiada pelo Estado e Autoridades Locais. Somente 1% das escolas têm financiamento privado, (Gonçalves, 2013) o que é

uma das percentagens mais baixas em relação à maioria dos países da OCDE. A repartição dos custos de funcionamento das escolas nestes três níveis de ensino é feita entre o Estado (57%) e município (42%) (DFNE, 2007). A Finlândia dedica cerca de 11% do seu orçamento para a Educação- em linha com os valores médios da OCDE- mas, em relação ao PIB, figura num dos valores mais altos em relação aos países da OCDE: 6,1% do seu PIB (OECD, 2015).

Relativamente ao modelo exemplificado pela Greenschool, este não é um sistema educativo de um Estado, mas somente a visão de uma escola sobre educação sustentável. Esta organização particular consegue ter uma gestão a todos os níveis notáveis, pois consegue-se perceber que a relação entre despesas e receitas é positiva, isto é, consegue ser sustentável economicamente à custa da sua vertente ambiental (Yayasan, 2015).

O relatório financeiro desta instituição, entre os anos 2013 a 2015 (Yayasan, 2015), mostra que esta comunidade é sustentável: apesar de ter havido um aumento da despesa em cerca de 12%, esta foi acompanhada por um aumento de 35% nas receitas, originando um saldo positivo nas suas contas (Anexo 2). As receitas abarcam desde venda de alimentos, donativos, propinas, campos de férias para estudantes e suas famílias, formações (seminários) e alugueres de espaços.

As despesas são mitigadas por uma gestão eficiente dos seus resíduos, fontes de energia ecológicas e renováveis (80% da eletricidade vem de painéis solares), os esgotos são de compostagem (diminuindo a quantidade de água gasta) e todo o lixo é reciclado ou composto.

De acordo com o exposto e tendo em conta os exemplos apresentados, considerou-se pertinente elaborar a seguinte pergunta de partida: **A Madeira também pode ter uma educação financeiramente e ambientalmente sustentável?**

II.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

De acordo com a questão de investigação formulada definiram-se os seguintes objetivos:

- a) Geral: **Contribuir para melhores práticas sobre o desenvolvimento sustentável nas vertentes financeira e ambiental da RAM;**
- b) Específicos:
 - b1: **Verificar se existe aceitabilidade do ponto de vista da melhoria da sustentabilidade financeira e ambiental de uma Comunidade Educativa em geral na RAM;**
 - b2: **Verificar se existe aceitabilidade financeira e ambiental por parte dos órgãos decisores da RAM.**

II.3 UNIVERSO, AMOSTRA E PARTICIPANTES

O universo deste inquérito foi constituído por 208 indivíduos, distribuídos por 112 docentes, 15 pessoal não docente, 27 alunos, 6 dirigentes educativos órgãos de gestão e por 12 encarregados de educação/pais (Quadro 1) que, voluntariamente, decidiram responder a este questionário, numa amostra de conveniência.

Quadro 1. Distribuição da amostra pela função que desempenha

Função que desempenha	Frequência	%
Aluno	27	13,0
Direção/Órgão de gestão de escola	15	7,2
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	6	2,9
Docente	112	53,8
Encarregado de Educação/Pais	12	5,8
Não Docente	15	7,2
Outro	20	9,6
Total	207	99,5

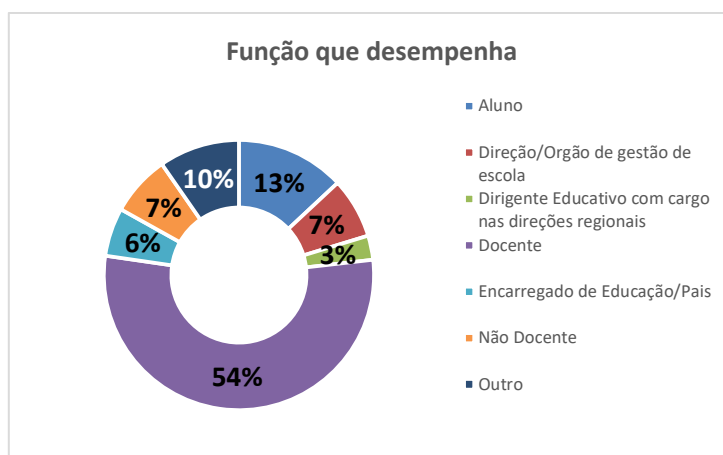


Figura 1. Representação gráfica da distribuição da amostra pela função que desempenha

Os inquiridos desempenham funções maioritariamente docentes (54%), o que corresponde a 112 elementos num universo de 207 respostas (Fig.1). No entanto responderam também 27 alunos que corresponde a 13% dos inquiridos; 15 elementos de um Órgão de Gestão e 15 elementos Não Docentes, correspondendo, para cada caso, a 7% do total dos inquiridos; 12 Encarregados de Educação (6%) e 3% dos inquiridos desempenham funções nas Direções Regionais afetas à Secretaria da Educação, o que corresponde a 6 elementos. Por fim, responderam, também, a este inquérito 20 indivíduos que não desempenham funções diretamente relacionadas com a Educação, correspondendo a cerca de 10% do total dos inquiridos.

Caracterizou-se a amostra segundo a sua faixa etária (Quadro 2).

Quadro 2. Distribuição da amostra pelo escalão etário

Escalão etário	Frequência	%
<18	2	1,0
19-30	49	23,6
31-65	153	73,6
>65	4	1,9
Total	208	100,0

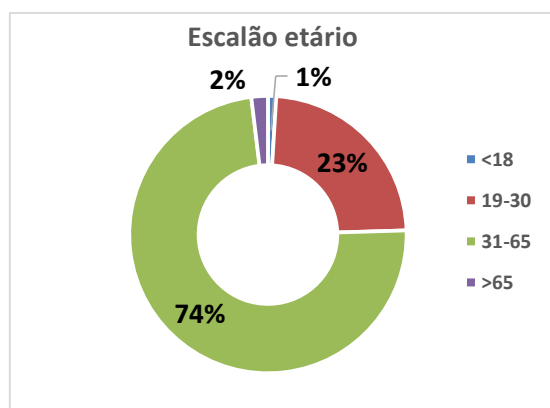


Figura 2. Distribuição da amostra pelo escalaõ etário

Em termos percentuais, o escalaõ etário predominante, com 74%, pertence à faixa dos 31-65 anos (Fig. 2), o que corresponde a 153 indivíduos (Quadro 2). O segundo escalaõ com maior número de inquiridos, com 23% do total, situa-se na faixa dos 19-30 anos, correspondendo a 49 elementos. Estes dois segmentos quase perfazem 100% do universo dos inquiridos.

Em relação ao género, este encontra-se distribuído no Quadro 3.

Quadro 3. Distribuição da amostra pelo género

Género	Frequência	%
Masculino	18	8,2
Feminino	189	90,9
Total	207	99,5

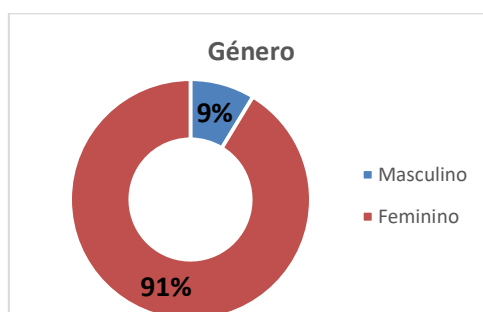


Figura 3. Distribuição da amostra pelo género

Dos elementos presentes na amostra, 189 elementos (Quadro 3) pertencem ao género feminino, que corresponde a 91% do total dos inquiridos (Fig. 3) e os restantes 9% pertencem ao género masculino (Fig. 3).

Os participantes das entrevistas foram a senhora vereadora com o pelouro da Educação, como representante do órgão de poder local, Câmara Municipal do Funchal (CMF), e o senhor Secretário Regional da Educação (SRE), elemento do órgão de Governo Regional na área da educação da RAM.

Ambos os intervenientes são oriundos da classe docente, a Vereadora, com 36 anos de docência, licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com 60 anos de idade (CMF, 2018) e o Secretário da Educação, com cerca de 15 anos de docência, intercalados por algumas funções em organismos com tutela nas áreas da Juventude; é licenciado em Educação Física pela Universidade da Madeira, com Mestrado em Gestão do Desporto e tem 50 anos de idade (SRE, 2018).

Exerceram, também, cargos nas Direções Executivas das suas respetivas escolas antes de exercerem os seus atuais mandatos. A vereadora da CMF tem a seu cargo o pelouro da Educação desde 2015, enquanto o Sr. Secretário da Educação exerce este cargo desde 2013.

Enquanto a CMF tem a seu cargo as reparações/ manutenções dos imóveis de 21 Estabelecimentos de Ensino do 1º Ciclo no Funchal, a Secretaria tem a seu cargo cerca de 75 Estabelecimentos de Ensino dos diversos níveis, desde o pré-escolar até ao nível secundário, públicos e privados com protocolos com a Secretaria, num universo de mais de 36 mil alunos e mais de 5 mil docentes (Pordata, 2017).

II.4 METODOLOGIA DO ESTUDO

O trabalho foi efetuado tendo por base uma metodologia essencialmente quantitativa, baseada na recolha de dados por questionário, mas, recorreu-se, também, como complemento, a uma recolha de informação através de entrevistas. As vantagens na utilização deste método misto foram ressaltadas por Coelho (2012). De acordo com a autora, a complementaridade destes métodos no estudo dos mesmos fenómenos permite obter uma triangulação para apurar os resultados do estudo efetuado, pois os métodos,

mais do que formas alternativas de resposta às mesmas questões, são modos diferentes de resposta ao mesmo tema.

II.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Para implementar este trabalho foi tido em conta o objetivo geral que norteou este projeto: **a contribuição que os agentes educativos podem dar para melhorar as práticas sobre o desenvolvimento sustentável nas nossas escolas**. O instrumento de recolha de dados assentou num inquérito por questionário fechado. Por dificuldade em encontrar estudos nesta área para a construção do questionário recorreu-se à literatura existente (Rattner, 1999; Schmidt e Guerra, 2013; Marques, 2014; e Souza, 2015).

Hill e Hill, (1998), advogam que os questionários deverão ter questões fechadas em número par, pois considera-se que assim obriga os participantes a recorrer a uma posição neutra. Este instrumento passou, depois, por um processo de validação por três Doutores específicos na área (Anexo 3) até se chegar à versão final (Anexo 4).

A aplicação deste questionário como um instrumento de investigação permitiu recolher um grande número de inquéritos, pois o universo foi constituído por todos os presentes numa conferência promovida pela CMF: “Desafiar a Escola”, após a visualização de um pequeno vídeo exemplificativo de um projeto alternativo de escola (Anexo 5). Reis et al (1999) consideram estes elementos como uma amostra de conveniência, pois foram selecionados em função da disponibilidade e acessibilidade da população alvo.

A todos os participantes foi garantido o anonimato.

A aplicação deste inquérito foi precedida de um pedido, por escrito, à organização da conferência “Desafiar a Escola” da CMF, que prontamente autorizou a sua aplicação (Anexo 6). De notar que esta conferência se encaixava perfeitamente nos propósitos deste trabalho: o tema a abordar era precisamente a mudança que se devia realizar nas escolas, quer pedagogicamente, quer na preocupação crescente para educar toda uma comunidade para um Mundo sustentável.

O público-alvo representou todo o espectro de uma comunidade educativa, que era o objetivo principal: Docentes, Discentes, Não- Docentes, Dirigentes Educativos e Encarregados de Educação.

O público presente foi previamente informado que após a apresentação breve das linhas condutoras do que poderia ser um projeto alternativo de escola baseado na sustentabilidade económica e ambiental, seria convidado a participar no preenchimento voluntário de um inquérito que seria tratado exclusivamente para fins académicos.

O questionário foi dividido em três partes, pois foi utilizado para estudos complementares sobre esta temática. No que a este estudo diz respeito, este instrumento apresenta-se com cinco questões numeradas da Q16 a Q21 (Anexo 4).

Realizaram-se ainda duas entrevistas semiestruturadas a dois representantes de órgãos decisores da RAM: à vereadora da CMF com o pelouro da Educação e ao Sr. SRE do Governo Regional da Madeira.

A entrevista foi objeto de uma aplicação em forma de pré-teste, chegando-se depois à versão final (Anexo 7).

Para as entrevistas, foi feito, previamente, um pedido de audiência às duas entidades supracitadas- vereadora da CMF com o pelouro da educação e ao SRE do Governo Regional (Anexo 8).

A entrevista com a Sra. Vereadora da CMF realizou-se no dia previamente estabelecido 26 de outubro de 2017 e ocorreu no seu gabinete, tendo durado cerca de 20 minutos.

A entrevista ao Sr. SRE sofreu alterações de agenda por parte do Sr. Secretário e foi agendada para a data posterior de 27 de outubro de 2017. Esta decorreu durante 23 minutos no seu gabinete.

As entrevistas foram divididas em duas partes para estudos complementares sobre esta temática. Nesta investigação faz-se somente referência à parte da entrevista que cabe a este estudo.

Aos entrevistados foi apresentada uma declaração de Consentimento Informado cujo modelo se encontra em anexo (Anexo 9).

As entrevistas foram posteriormente transcritas e o método utilizado para o seu tratamento foi a análise de conteúdos. Esta técnica permitiu analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer determinadas inferências (Amado, 2013). Depois de uma primeira leitura, categorizou-se trechos das transcrições numa tabela, tendo o cuidado de diferenciar as duas entrevistas através de um código.

Para o tratamento dos dados foram encontradas as categorias à priori, partindo do objetivo definido. As sub-categorias foram encontradas à posteriori, de acordo com a leitura e análise do material recolhido.

Apresenta-se, em síntese, no quadro 4, as categorias e sub-categorias encontradas.

Quadro 4. Categorias e Sub-Categorias encontradas

Categoria	Subcategoria
-Sensibilização para um projeto inovador	- Concordância
	- Disponibilidade
- Sustentabilidade financeira	- Maiores gastos na Educação
	- Contratos de autonomia (financeira)
	- Taxas de retenção
	- Utilização racional de Professores
	- Parcerias/ patrocínios
	-Receitas próprias
	- Apoios comunitários
- Sustentabilidade ambiental	-Preocupações ambientais: agricultura biológica; utilização racional de solos

III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos dados recolhidos vai ser feita, relacionando-os com os objetivos específicos. Assim, no que se refere ao objetivo 1: **Verificar se existe aceitabilidade do ponto de vista da melhoria da sustentabilidade financeira e ambiental de uma Comunidade Educativa em geral na RAM**, foi elaborado e aplicado um inquérito fechado a uma amostra de conveniência, como já explicitado no capítulo anterior. Este questionário foi respondido após a visualização de um pequeno vídeo exemplificativo de um projeto alternativo de escola apresentado aos intervenientes. Para este estudo foram selecionadas cinco questões, que adiante se identificam por questões Q16 a Q21.

Para a primeira questão relacionada com este objetivo específico, Q16: “Considera importante que este projeto se preocupe em encontrar formas de garantir a sua própria estabilidade económica?” (Quadro 5 e Fig. 4).

Quadro 5. Dados relativos à importância de garantir a estabilidade económica do projeto

Q16:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	17	8	1	0	26
Direção/Órgão de gestão de escola	11	4	0	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	5	0	1	0	6
Docente	85	25	0	0	110
Encarregado de Educação /Pais	9	3	0	0	12
Não Docente	8	6	1	0	15
Outro	16	3	0	1	20
Total	151	49	3	1	204

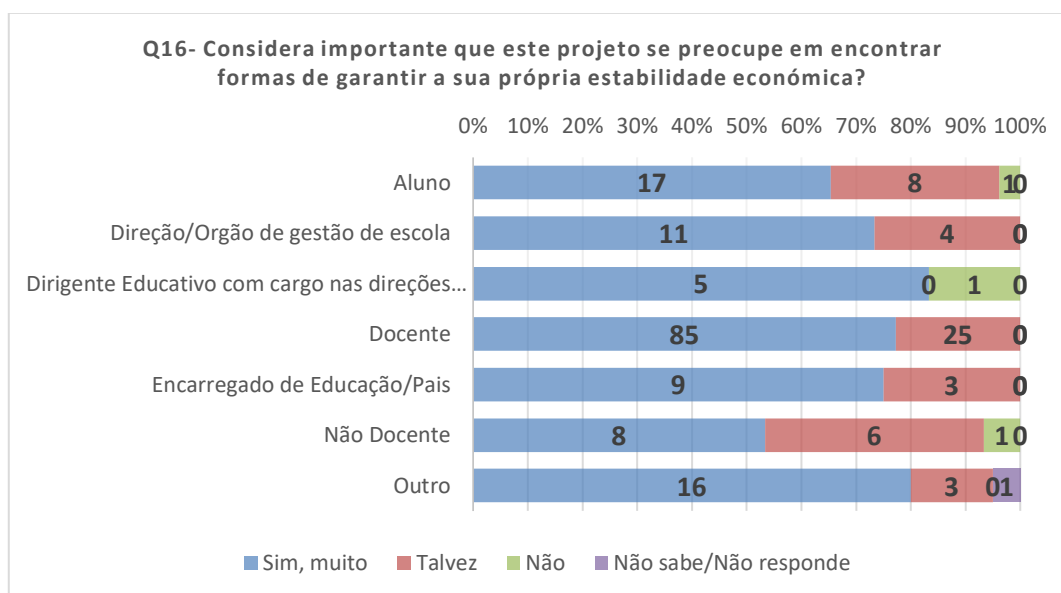


Figura 4. Análise de frequências sobre a importância dada à estabilidade económica do projeto

Constata-se que mais de 50% dos elementos indagados em todos os grupos estabelecidos consideram “muito” importante que se consiga garantir a sustentabilidade económica de um projeto de escola, destacando-se os Dirigentes Educativos com uma percentagem acima dos 80% e os Docentes com 77%. Os menos entusiastas são o grupo dos alunos com 65% e 53% do grupo Não-Docente. No total, 74% dos inquiridos considera muito importante a forma de garantir a estabilidade económica, enquanto 24% dos inquiridos manifestam as suas dúvidas.

Na Fig. 5 apresentam-se os dados relativos à questão Q17: “Parece-lhe importante que a sustentabilidade económica deste projeto assente sobre preocupações ambientais (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética)?” (Quadro 6 e Fig. 5).

Quadro 6. Dados relativos à sustentabilidade económica assente em preocupações ambientais

Q17:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	21	4	2	0	27
Direção/Órgão de gestão de escola	13	2	0	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	5	1	0	0	6
Docente	93	13	1	1	108
Encarregado de Educação/Pais	11	1	0	0	12
Não Docente	11	3	1	0	15
Outro	17	2	1	0	20
Total	171	26	5	1	203

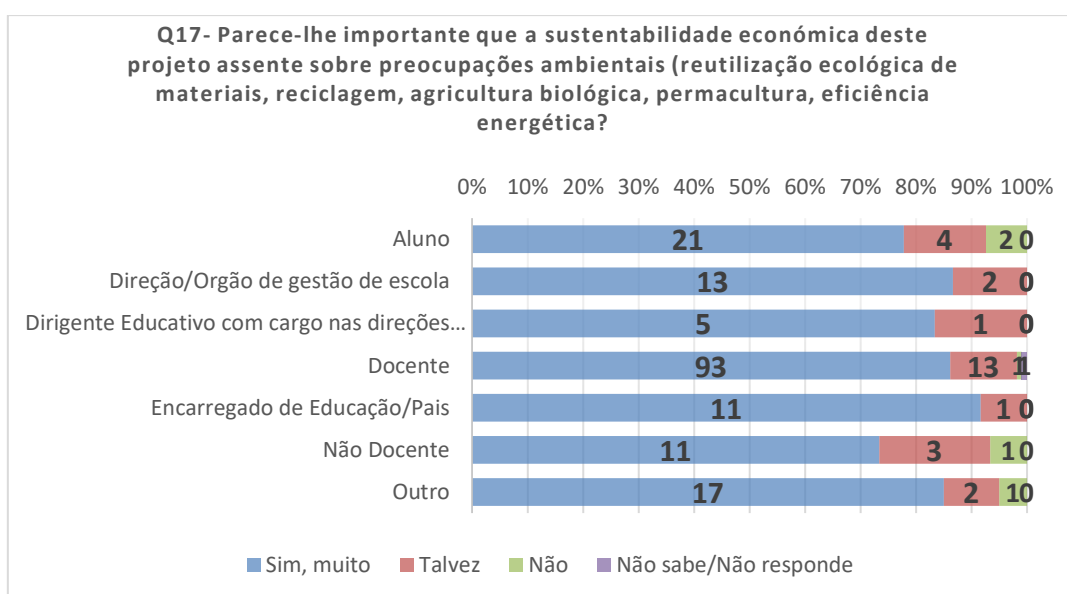


Figura 5. Análise de frequências sobre sustentabilidade económica assente em preocupações ambientais

Como se pode verificar (Fig. 5 e Quadro 6), todos os grupos respondem “Sim, muito” com valores acima dos 70%. Neste campo, destacam-se os Encarregados de Educação/Pais, com uma taxa de aprovação cerca de 92% e, em igualdade percentual, o grupo dos Docentes e Órgãos de Gestão das Escolas com 86%. Os valores mais baixos pertencem ao grupo do pessoal Não Docente e dos alunos com 73% e 77%, respetivamente. Mesmo assim, do total dos inquiridos, 13% ainda respondem “talvez” às preocupações ambientais como fator de sustentabilidade económica. Deste valor destaca-se o pessoal Docente como o grupo com mais dúvidas em relação a este fator (6,5%).

Na Fig. 6 apresentam-se os dados relativos à questão Q18: “Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional de solos, artesanato, turismo, etc)?” (Quadro 7 e Fig. 6).

Quadro 7. Dados relativos à consideração do projeto ser uma mais-valia para a Região

Q18:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	18	8	1	0	27
Direção/Órgão de gestão de escola	11	4	0	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	3	3	0	0	6
Docente	58	47	1	2	108
Encarregado de Educação/Pais	8	3	0	1	12
Não Docente	9	5	1	0	15
Outro	13	4	1	2	20
Total	120	74	4	5	203

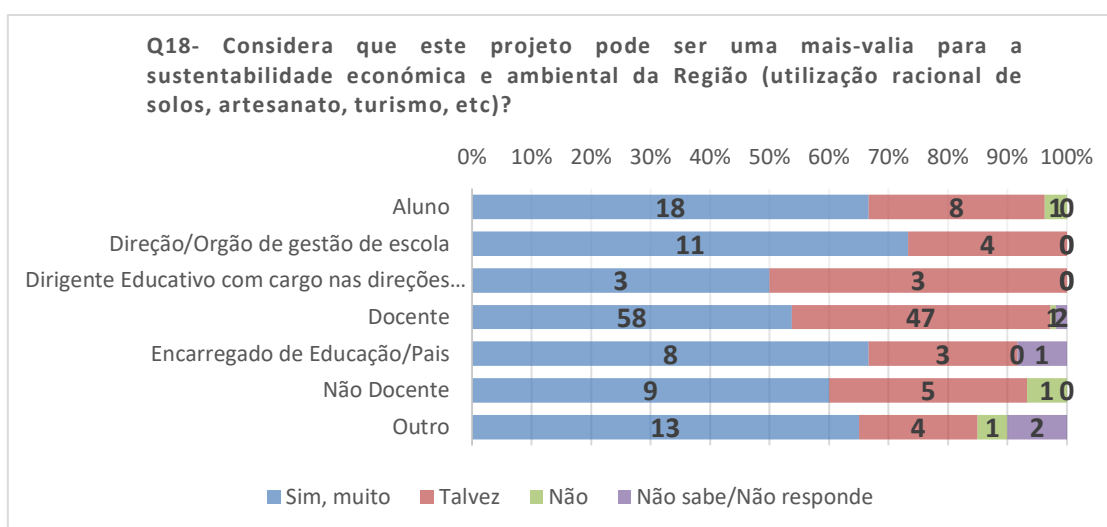


Figura 6. Análise de frequências sobre a consideração do projeto ser uma mais-valia para a Região

Pode verificar-se na Fig. 6 e Quadro 7 que todos os grupos respondem “Sim, muito” com valores acima dos 50%. Neste campo, destacam-se os Dirigentes Educativos com a taxa mais baixa de aprovação “Sim, muito” de 50%. Os valores mais altos correspondem ao pessoal pertencente aos órgãos de Direção da Escola e aos Encarregados de Educação com 73% e 67%, respetivamente. Os grupos que respondem “talvez” com maior percentagem vão para os Dirigentes Educativos, com 50% e para os Docentes, com 44%. Dos 203 inquiridos, 59% concordam “sim, muito” com a mais-valia do projeto para a Região e 36% dos inquiridos manifestam algumas reservas.

No que diz respeito à questão seguinte, Q19: Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias)?” (Quadro 8 e Fig.7).

Quadro 8. Dados relativos à importância do projeto não acarretar despesas acrescidas à Região

Q19:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	17	8	2	0	27
Direção/Orgão de gestão de escola	10	3	2	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	4	2	0	0	6
Docente	74	28	2	2	106
Encarregado de Educação/Pais	11	0	0	1	12
Não Docente	10	3	1	1	15
Outro	14	4	1	1	20
Total	140	48	8	5	201

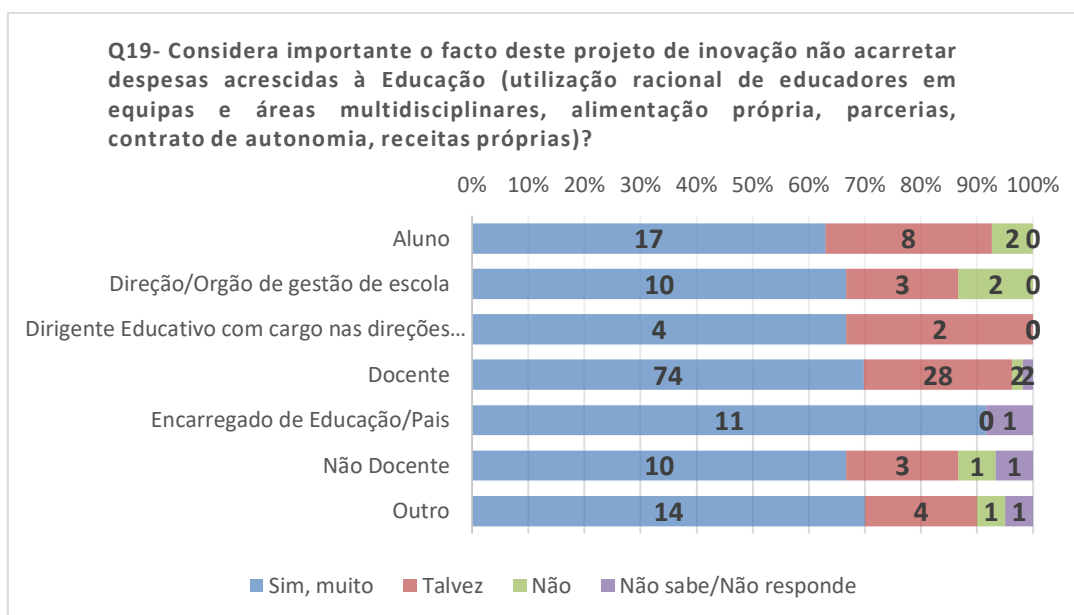


Figura 7. Análise de frequências sobre a importância do projeto não acarretar despesas acrescidas à Região

A maioria dos inquiridos responde “sim muito” com uma taxa de aprovação, em todos os grupos acima dos 63% (Fig. 7, Quadro 8). Neste campo, são os Encarregados de Educação/Pais aqueles que obtêm a percentagem mais alta (92%), quando confrontados com a perspetiva deste projeto não onerar mais as finanças públicas, seguidos, a uma certa distância, pelo grupo dos Docentes com 70%. O grupo relativo aos Alunos tem o valor mais baixo nesta resposta, cerca de 63%. À resposta “talvez” é associada, com maior percentagem, o grupo dos Dirigentes Educativos com 33% das respostas. No total, 70% dos inquiridos responde afirmativamente à questão, enquanto 24% dos inquiridos manifesta dúvidas quanto à eficácia das medidas não acarretar mais despesa ao orçamento da Educação.

No Quadro 9 e Fig. 8 apresentam-se os dados relativos à questão Q20: “Sendo este um projeto alternativo, mas de cariz público, estaria interessado em participar no mesmo?”

Quadro 9. Dados relativos ao interesse de participar no projeto

Q20:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	10	14	2	1	27
Direção/Orgão de gestão de escola	7	8	0	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	1	5	0	0	6
Docente	48	41	16	5	110
Encarregado de Educação/Pais	9	3	0	0	12
Não Docente	2	10	2	1	15
Outro	6	7	2	3	18
Total	83	88	22	10	203

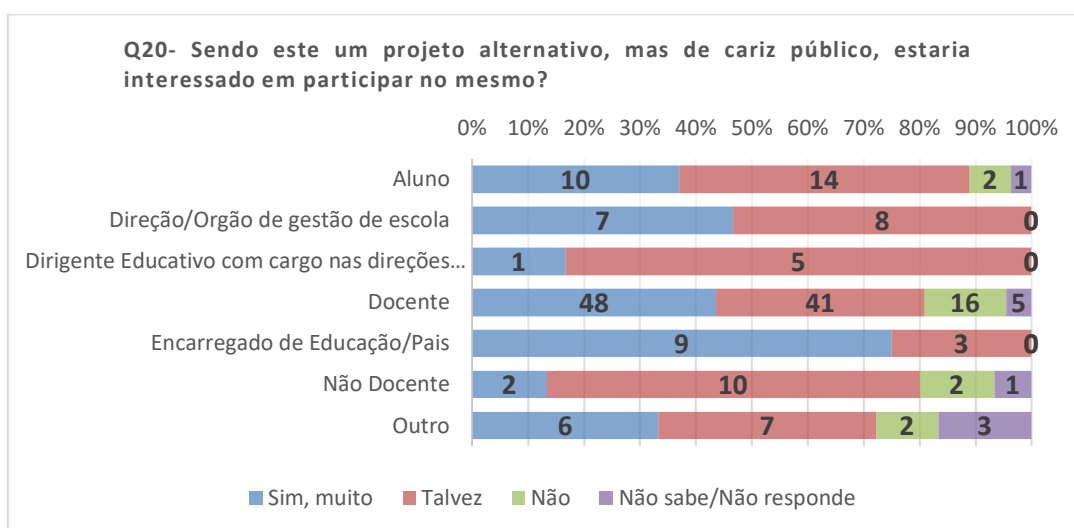


Figura 8. Análise de frequências sobre o interesse em participar no projeto

Ao contrário dos casos anteriores, é a resposta “Talvez” que tem valores preponderantes em relação às outras hipóteses de resposta (Quadro 9, Fig. 8). Em quatro desses grupos: Alunos, Direção, Dirigentes, e Não docentes, a resposta “talvez” é superior a 50%, registrando-se, mesmo o valor mais alto de 83% para os Dirigentes Educativos. A exceção reside no grupo dos Encarregados de Educação/Pais, onde 75% estaria “muito” interessado em participar e contribuir ativamente para um projeto alternativo de sustentabilidade económica e ambiental no meio escolar. Ainda assim, aparecem cerca de 15% de Docentes e 13% de Não Docentes que não se sentem interessados em participar neste projeto alternativo. No total dos inquiridos as percentagens entre os elementos que querem participar e aqueles que manifestam dúvidas são muito próximos: 41% e 43%, respetivamente. Dos 203 inquiridos, 22 não estão interessados em participar no projeto (cerca de 11% do total) e 10 elementos não têm opinião formada, o que equivale a 5% do total dos inquiridos.

Finalmente, apresentam-se os dados relativos à última questão colocada para este objetivo específico, Q21: “Considera importante que a sustentabilidade económica e ambiental do projeto permita a sua gratuidade?” (Quadro 10, Fig. 9).

Quadro 10. Dados relativos à importância da sustentabilidade económica e ambiental permitir a sua gratuidade

Q21:	Sim, muito	Talvez	Não	Não sabe /Não responde	Total
Aluno	21	5	1	0	27
Direção/Órgão de gestão de escola	12	3	0	0	15
Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais	4	2	0	0	6
Docente	63	42	2	1	108
Encarregado de Educação/Pais	9	3	0	0	12
Não Docente	5	7	2	1	15
Outro	13	5	0	1	19
Total	127	67	5	3	202

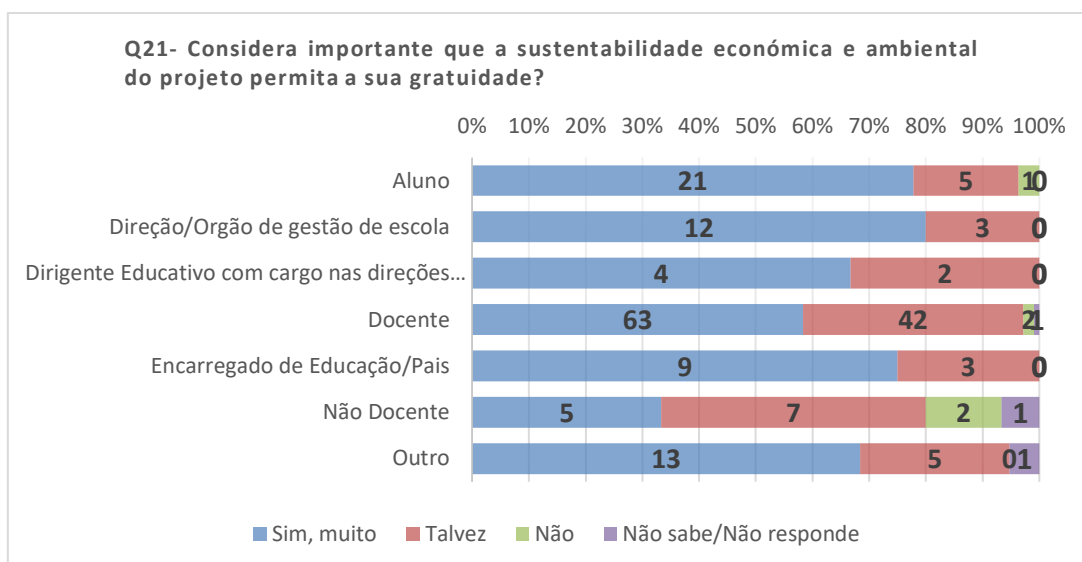


Figura 9. Análise de Frequência relativa à importância da sustentabilidade económica e ambiental permitir a sua gratuidade

Todos os grupos respondem “Sim, muito” com valores acima dos 50%, com exceção do grupo Não Docente (33%) (Fig. 9 e Quadro 10). Neste campo, destacam-se os Órgãos de Gestão da escola com a taxa mais alta de aprovação- “Sim, muito”- a rondar os 80%, seguido de muito perto dos Alunos (78%) e pelos Encarregados de Educação com 75%. O grupo que manifesta mais dúvidas, com maior percentagem de respostas “Talvez”, com 47% é o Não Docente, também seguido de perto pelo grupo Docente (39%). No geral, cerca de 63% dos inquiridos responderam “Sim, muito”, contrastando com 33% que responderam “Talvez”.

De acordo com o segundo objetivo específico: **Verificar se existe aceitabilidade financeira e ambiental por parte dos órgãos decisores da RAM**, foram realizadas entrevistas a representantes de dois órgãos de decisão da RAM.

Para tornar a análise das respostas dos dois participantes mais fácil e, após uma leitura exaustiva, o material foi transcrito e organizado em categorias, subcategorias e unidades de registo, tendo sido elaborado o quadro que se apresenta de seguida e que levou à análise de dados:

Às entrevistas foi atribuído um código: E1 e E2.

O quadro 11 diz respeito à primeira categoria- Sensibilização para um projeto inovador- apresentada aos entrevistados, após a leitura de um texto introdutório.

Quadro 11: Categoria- Sensibilização para um projeto inovador

Subcategoria	Unidades de Registo
- Concordância	E1- “ Lá poder podemos”. E2- “Nós temos alguns exemplos onde isso tem acontecido”.
- Disponibilidade	E1- “É preciso haver a visão e é preciso haver pessoas que avancem para fazer”; “ Mostra bem que não é fácil, mas que é possível”. E2- “ Temos procurado incentivar... as escolas...para outras fontes alternativas de receita”; “É um compromisso que temos assumido”; “Tudo o que é receita da escola, é gerido pela própria escola”.

Pode-se constatar que, em relação ao primeiro tópico da entrevista, em que se pedia aos intervenientes que se pronunciassem sobre a leitura de um pequeno texto que fazia referência ao relatório financeiro de uma instituição de ensino: GreenSchool Bali, ambos os intervenientes mostraram-se sensibilizados para este tipo de projeto, assim como concordaram que a sua implementação na Região não só é possível como estão disponíveis para auxiliarem as escolas neste processo.

A segunda categoria- Sustentabilidade Financeira foi dividida em sete sub-categorias, conforme apresentadas nos quadros seguintes.

Assim para a referida Categoria, a primeira subcategoria encontrada foi “Maiores gastos na Educação”, tal como se demonstra no quadro 12.

Quadro 12: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Maiores gastos na Educação

Unidades de Registo
E1- “...atualmente são com as obras nos edifícios do 1º Ciclo”; “ Temos muitos gastos com a educação formal...” “...das pessoas que estão à nossa responsabilidade nas habitações sociais”; “... com a arte-terapia, por exemplo...”; “...com os manuais escolares”.
E2- “Com o corpo docente”; “91% do orçamento é para pagar salários”.

Nesta sub-categoria existem algumas abordagens diferentes, consoante o interlocutor. A maior fatia orçamental na Educação passa pelos 90% de gastos com o pessoal afeto ao ensino- este é um sector exclusivo do E2- enquanto a E1 despense os seus fundos para, principalmente, obras nos edifícios do 1º Ciclo. Mais recentemente, E1 aplicou a gratuidade aos manuais escolares do 1º Ciclo, o que fez onerar, em muito, os gastos dirigidos à Educação.

A segunda sub-categoria encontrada foi “Contratos de autonomia (financeira), como se indica no quadro 13.

Quadro 13: Categoria- Sustentabilidade Financeira; Subcategoria- Contratos de autonomia (financeira)

Unidades de Registo
E1- “sou muito a favor (...) conseguir-se-ia fazer um trabalho muito mais (...) facilitado”; “porque respondem a questões muito concretas”; “ Se queremos um ensino individualizado, (...) as escolas também não são todas iguais”; “ Cada escola deveria poder atuar (...) de uma forma sustentada”; “ ia-se poupar dinheiro (...) pois hoje em dia ninguém poupa porque sabe-se que, no ano seguinte vai ter menos”; “se querem dar mais competências [à CMF], também têm que nos dar mais dinheiro”.
E2-“ a lógica que está imbuída a escola é sempre na perspetiva de que seja o Governo (...) da Região se responsabilize pelo seu funcionamento”; “ Nós temos aqui um modelo misto (...) as receitas da escola revertem diretamente para a escola”; “as escolas tiveram que recrutar diretamente 15% do seu corpo docente”; “...tornou mais eficiente o sistema”; “...a Região responsabiliza-se pelo funcionamento “base” da escola, e tudo o que for receita da escola é numa majoração, que a escola aplica da forma e nas áreas em que entender”.

A autonomia financeira plena é vista com bastante entusiasmo pela E1, pois defende que devia caber à escola a escolha de quando e como investir o seu financiamento. Da parte do E2, é ao Governo Regional que cabe a parte de leão de financiar e alocar os recursos à escola. A autonomia só é expressa quando a escola consegue obter receita própria, sendo só aí da sua responsabilidade onde aplicar essa receita.

A terceira sub-categoria encontrada foi “Taxas de retenção”, como se indica no quadro 14.

Quadro 14: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Taxa de retenção

Unidades de Registo
E2- “...podem significar custos acrescidos quando isso obrigue à criação de mais turmas”; “ temos que perceber porque é que acontece essa retenção (...)se estamos a falar de disciplinas que sejam do tronco comum ou (...)se o aluno teve dificuldades [pontuais] num determinado ano”.

Apesar de haver sempre a ideia que a retenção induz a um aumento da despesa, para o entrevistado E2, esta só tem esse inconveniente se significar o aumento do número de turmas e, conseqüentemente, o número de docentes a lecionar.

A quarta sub-categoria encontrada foi “Utilização Racional de Professores”, como se indica no quadro 15.

Quadro 15: Sustentabilidade Financeira; Subcategoria- Utilização Racional de Professores

Unidades de Registo
E1- “ O Ministério da Educação não tem abdicado (...) da contratação de professores”; “ é um caminho que, em termos nacionais, está a ser traçado pelo Governo Central”; “aqui, o Governo Regional (...) não vai abdicar desse papel que tem, não vão transferi-lo para as Autarquias”; “ é toda uma problemática que tem a ver com a classe docente, que é complicada”; “[a CMF] pode responder a uma falha aqui ou acolá de funcionários- não de professores”.
E2- “assinámos um protocolo, em que numa escola é lecionada apenas as disciplinas base (...), mas disciplinas curriculares da formação profissional são ministradas numa unidade hoteleira e pelos formadores do próprio hotel”; “falta alterarmos a formação de professores”; “é necessário alterar essa formatação”; “é um problema da nossa estrutura formativa”; “se nós formos à maior parte dos países da Europa, os professores têm uma formação (...) dual”; “com o nosso tipo de organização (...) há forte segmentação do nosso conhecimento (...), está espartilhado por gavetas e em quase não há intercomunicabilidade...”.

Quanto à contratação de pessoal docente tanto o E1 e o E2 têm uma visão um pouco antagónica: enquanto o primeiro diz que é um papel que gostaria de desempenhar- mas as visões centralizadoras do ME e da Secretaria Regional não o permitem- o segundo diz que o modelo misto em vigor este ano já é o suficiente – pois permitiu às escolas contratarem diretamente 15% do pessoal docente.

Para a quinta sub-categoria encontrada “Parcerias e Patrocínios”, foi elaborado o quadro 16.

Quadro 16: Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Parcerias e Patrocínios

Unidades de Registo
E1- “ damos formação na área de agricultura biológica”; “ a promoção de feiras para que todas as Associações que usam o artesanato...”; “em termos de sustentabilidade das instituições, projetos, nós temos um regulamento de apoio ao associativismo, (...) onde temos muito em mente a sustentabilidade financeira ou ambiental desses projetos que apoiamos”.
E2- “nós temos aqui escolas que têm parcerias com outras entidades: (...) unidade hoteleira”; “ permitiu-se às escolas recrutar os recursos que dão resposta aos seus projetos”.

Ambos os entrevistados defendem as parcerias e os patrocínios como uma mais-valia para as escolas, sendo mais uma forma de sensibilizar para a sustentabilidade financeira e ambiental não só as Direções das Escolas mas, no fundo, toda a comunidade envolvente.

A sexta sub-categoria encontrada foi “Receitas Próprias”, como se indica no quadro 17.

Quadro 17: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria- Receitas Próprias

Unidades de Registo
E1- “nós temos o Pacto de Milão (...) onde a promoção do comércio local: os mercadinhos e as Feiras de artesanato (...) como forma de sustentabilidade (...) financeira”; “são projetos que são perfeitamente viáveis” “Este tipo de escolas, com este tipo de projetos consegue manter a própria cultura do próprio lugar (...) posso ter cana-de-açúcar e os vimes e no Continente não tenho isso...”.
E2- “Porque não?”; “ temos procurado incentivar as escolas para outras fontes alternativas de receitas (...) mas acima de tudo, para a diminuição das despesas”; “temos escolas onde produtos utilizados nas suas cantinas (...) têm origem nas suas hortas (...) ou que são comercializados até com os professores”; “temos agora uma escola que vai fazer um museu e vai abrir o museu ao turismo (...) e terá um donativo”.

Mais uma vez, ambos os entrevistados veem com bons olhos as escolas terem projetos que, para além de manterem vivo algum artesanato local, sejam capazes de gerar receita própria. Estes projetos são de manter e incentivar outras escolas a seguir também esse caminho, pois a forma de obter esses recursos vai depender, até, do meio envolvente de cada escola.

Por fim, a sétima sub-categoria encontrada, “Apoios Comunitários” foi indicada no quadro 18.

Quadro 18: Categoria- Sustentabilidade Financeira, Subcategoria: Apoios Comunitários

Unidades de Registo
E1- “o investimento em Educação não é um custo”; “nós estamos disponíveis para colaborar”.
E2- “procurar que não seja só o orçamento regional a financiar os projetos das escolas”.

Os entrevistados manifestaram o seu apoio na prestação de qualquer informação e esclarecimentos na apresentação de candidaturas a vários apoios comunitários que, muitas vezes, não são aproveitados pelas escolas por desconhecimentos destes programas.

O Quadro 19 diz respeito à última categoria encontrada, Sustentabilidade Ambiental, e aos entrevistados foi pedida a sua opinião sobre os cuidados ambientais que a sua função permite desenvolver.

Quadro 19: Categoria- Sustentabilidade Ambiental

Subcategoria	Unidades de Registo
<p>-Preocupações ambientais: agricultura biológica; utilização racional de solos</p>	<p>E1- “o Mundo acaba por se organizar em cidades e as Câmaras Municipais são fundamentais para a organização e para a sustentabilidade”; “somos um Município que aderiu ao Pacto de Milão- combate à fome, exclusão social, sustentabilidade do comércio local, consumo de produtos locais”; “temos projetos de permacultura em bairros Sociais”; “temos o projeto das Hortas Urbanas e as Hortas Sociais”; “estamos a apostar em novas visões, em saber aproveitar o ambiente, aquilo que cada região tem”.</p> <p>E2- “todos estes processos possam ser implementados e evoluir, sempre num processo de maximização e nunca de onerar aquilo que já é um sistema educativo”; “temos escolas onde os professores de Biologia são responsáveis pelas hortas urbanas e outros projetos na área ambiental”; “temos uma escola que aposta muito na Aquaponia”.</p>

Quanto à sustentabilidade ambiental, ambos os entrevistados demonstraram não só as suas preocupações por um mundo mais sustentável, como estão envolvidos em vários projetos de sustentabilidade: desde dar e receber formação em permacultura, a cultivar terrenos para agricultura biológica e na utilização de solos abandonados para prevenção de incêndios, por exemplo.

IV. PROPOSTA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A questão central do investimento em Educação em Portugal assume particular importância quando vemos que cerca de 90% do orçamento alocado para o efeito é para pagamento de funcionários do sistema. Mesmo assim, esta classe profissional não tem sido valorizada, nem a administração pública tem sido eficiente. O desafio atual de uma escola para todos encontra entraves de natureza estrutural, financeira e humano. O CNE, na sua recomendação nº2 de 2010 (CNE, 2010) identifica já alguns pressupostos essenciais para a promoção do sucesso escolar: uma auto-organização das escolas com alteração de métodos tradicionais de organização; mudança de modelos didáticos, de recursos de ensino; melhores estratégias; valorização das lideranças intermédias e o compromisso das comunidades locais para uma escola de qualidade. Para que tal aconteça exige-se uma maior autonomia das escolas para dar resposta aos problemas locais com a consequente maior responsabilização dos intervenientes.

As recomendações continuam a suceder-se mais à frente (CNE, 2016): o Estado deve investir na capacitação profissional dos docentes- formação inicial; realizar maior investimento em recursos pedagógicos digitais para alunos “nativos digitais” (CNE, 2016, p. 34476); promover maior autonomia escolar (quer pedagógica, quer financeira), alterando o modo de ensinar; aplicar o trabalho cooperativo entre docentes e entre alunos e incentivar a participação dos pais por via das Associações de Pais, entre muitos outros.

Ora, neste momento, Portugal não pode alocar mais dinheiro para o sistema escolar para pôr em práticas as recomendações feitas, pois não tem recursos para tal, ao contrário do que fez a Finlândia que, apesar de ser um país sem recursos naturais, decidiu apostar, há trinta anos a esta parte, em princípios como a modernização da administração pública, a formação dos cidadãos às Tecnologias de Informação (Gonçalves, 2013), numa economia competitiva, numa baixa taxa de corrupção; numa administração pública eficiente e num ambiente saudável (Stilwell, 2006). O grande apoio do Estado aos seus cidadãos ocorreu sob a forma de políticas sociais que promoveram o bem-estar, a igualdade de oportunidades e o direito de acesso a todos os serviços públicos gratuitos e de qualidade (Gonçalves, 2013).

Assim, Portugal, por enquanto, tem de se socorrer da iniciativa privada e deixar que a autonomia das escolas faça o seu verdadeiro caminho. Se olharmos para o outro exemplo que aqui se apresenta, o sucesso da iniciativa privada andou lado a lado com a sustentabilidade desse projeto. A Greenschool Bali foi considerada a escola mais verde do planeta, em 2012 pelo U.S. Green Building Council's Center for Green Schools (USGBC, 2012). O facto da sustentabilidade ambiental ser uma forte componente para promover a sustentabilidade financeira, está na base da proposta do modelo apresentado, sendo que este promove a diminuição de despesa (painéis solares, adubos, redução de água de lavagens, agricultura biológica,...) e o aumento da receita (comercialização de produtos hortícolas, artesanato, aluguer de espaços e instalações, seminários, etc).

A redução de despesa em áreas como a eletricidade, água, papel e outros, permite desviar esses fundos para investir em áreas mais necessitadas: tecnologia, manutenção de instalações, melhoria de alimentação, cuidados de saúde.

Nos seus estudos comparativos sobre o financiamento público da educação em Portugal, Alves (2011) partiu da premissa que existe uma associação positiva entre modelos de gestão descentralizados e maiores níveis de eficiência. Assim é o caso para a maioria dos países europeus, como atestam os resultados dos vários indicadores escolhidos: resultados do PISA, despesa pública do PIB; PIB per capita, etc. No entanto, conclui que até à presente data, Portugal, continua a apresentar um modelo de sistema educativo centralizado, apesar de diversos documentos legais remeterem para uma cada vez mais crescente descentralização (essencialmente) administrativa. Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer.

Assim, após a análise e reflexão sobre os dados obtidos, considerou-se pertinente a apresentação de um projeto de intervenção que vise colmatar algumas falhas que o sistema educativo atual apresenta e que vá de encontro aos desejos de uma comunidade educativa sustentável financeira e ambientalmente. Apresenta-se o quadro 20 que faz um resumo das estratégias que se podem implementar faseadamente nas escolas.

Quadro 20: Propostas de Intervenção

Agentes	ESTRATÉGIAS
Órgãos de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Ter formação adequada para conseguir ser um bom gestor não só pedagogicamente mas também financeira e ambientalmente.
Equipa Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Ter treino e formação adequada para conseguir ser multifacetada e multidisciplinar; • Fixa: sem separação de componentes letivas; • Cada elemento deverá possuir formação atualizada em várias áreas- apto para desenvolver trabalho multifacetado e cooperativo; • Flexibilidade permitirá rentabilização de recursos: trabalho em equipa com grupos de alunos; • Partilha de experiências com outras comunidades.
Alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade de inclusão a todos os tipos de alunos; • Maior responsabilização pelo seu percurso escolar: aprendizagem cooperativa; • Aprendizagem com forte preponderância na sustentabilidade ambiental e financeira do projeto.
Pais /Enc. de Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Participantes ativos na gestão para a sustentabilidade do projeto; • Participação em regime de voluntariado: visitas guiadas; workshops específicos;
Organização curricular	<ul style="list-style-type: none"> • Obedecerá a critérios de sustentabilidade ambiental e financeira: reciclagem é fundamental; • Transversal a todas as áreas- sem separação por disciplinas; • A formação será feita pela equipa permanente ou pelo recurso pontual de entidades formativas especializadas; • Parcerias com outras entidades que tragam uma mais-valia: associações desportivas, Câmaras Municipais, escolas de arte, artesanato, etc.

Agentes	ESTRATÉGIAS
Receitas próprias	<ul style="list-style-type: none"> • Donativos- bolsa para estudantes; • Patrocínio de empresas ou particulares; • Aluguer de salas/ equipamentos/ campos de jogos, etc; • Campo de férias para outros alunos e/ou Enc. Educação; • Dar formação a outros professores, ou a Enc. De educação; • Exploração e venda de produtos agrícolas e artesanato.
Outros Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Candidaturas a programas Comunitários: FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP; • Outros programas comunitários: Intervir +; Erasmus +; • Permitir a colaboração de elementos voluntários: formação em áreas específicas ligadas à valorização do património cultural local e na promoção de eventos que envolvam a comunidade.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos resultados do inquérito, pode verificar-se que a grande maioria dos participantes, está receptiva às mudanças apresentadas neste estudo. As preocupações ambientais aleadas a uma sustentabilidade económica foram consideradas muito importantes para a maioria significativa dos pesquisados.

No entanto, a maioria dos inquiridos expressa dúvidas quando são confrontados com a perspectiva de participar ativamente num projeto com estas características. Daqui se pode inferir que a preparação/ formação da classe docente e dos Dirigentes Educativos hoje em dia não correspondem ao perfil que se deseja e que vá de encontro a este novo modelo.

Somente os Encarregados de Educação gostariam de participar ativamente no projeto, pois consideram hoje em dia a sua participação é muito limitada e vêm com bons olhos serem parte integrante deste projeto.

O Pessoal- Não Docente também terá de ultrapassar as suas resistências se lhes forem dadas oportunidades de formação mais adequada, pois parecem não perceber o alcance de medidas sustentáveis.

Por outro lado, as entrevistas dadas por dois órgãos decisores da RAM contribuíram para reiterar a necessidade de alterar a forma como vemos a sustentabilidade financeira e ambiental atualmente presente nas nossas escolas. Pode-se e quer-se fazer mais, melhor e diferente. O compromisso que têm assumido ao longo deste últimos três anos levou a que se começasse a dar incentivos a novos projetos com preocupações ambientais que se refletem, também, na sua sustentabilidade económica: aposta na formação; utilização de solos abandonados; incentivar a procura de financiamento alternativo nas escolas; incentivar a contratação de pessoal docente/ especializado, etc.

Atendendo à metodologia cooperativa que visa um ensino significativo em comunidade, propõe-se que cada elemento da equipa pedagógica deverá ter formação em várias áreas e estar apto a desenvolver um trabalho multifacetado e colaborativo.

A flexibilidade desta equipa permitirá uma rentabilização dos recursos com vista a menores custos, como por exemplo um melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipa e em grupo de alunos, sem separação de componentes letivas. O perfil do agente educativo exigirá uma contínua formação e partilha de experiências com outras comunidades que tenham a mesma visão, o que implicará um forte apoio do Estado nesta valência.

Neste sentido, o investimento do Estado resultará na rentabilização de funcionários dos seus quadros que, não só criarão um modelo educativo sustentável, como também serão os futuros formadores de outros agentes educativos e promotores da renovação do sistema em geral.

No que respeita ao público-alvo, os alunos, este projeto assume-se como uma comunidade de inclusão, pelo que o orçamento para os alunos deverá contemplar anualmente as suas especificidades pedagógicas e socioeconómicas.

Também se propõe que a organização curricular obedeça a critérios de racionalização tendo em conta os interesses da comunidade estudantil, isto é, mediante as necessidades e interesses de cada grupo, a formação será feita pela equipa permanente ou pelo recurso pontual a entidades formativas especializadas tais como escolas de línguas, escolas de artes, clubes desportivos, associações, etc.

Uma vez que se pretende trabalhar nas áreas abrangidas pelo acordo de parceria Portugal 2020 (ou no próximo quadro comunitário), este projeto prevê que se possa candidatar-se aos seguintes fundos FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP nos quais se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover em Portugal.

Para além dos fundos citados, existem outros programas que poderão contribuir para a sustentabilidade financeira e de formação dos elementos da equipa do projeto: Erasmus +, programa de ensino e formação da UE, que promove atividades de mobilidade e de cooperação transnacional entre estudantes, pessoal docente e não-docente. Intervir +, programa co-financiado pelo FEDER que pretende assegurar o crescimento da economia regional e o emprego, as políticas de proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

Por fim, propõe-se consubstanciar a sustentabilidade deste projeto através da contribuição particular (bolsas a estudantes); donativos e patrocínio de empresas ou particulares, aluguer de salas e outros espaços, campos de férias para alunos e professores, formação, exploração e venda de produtos agrícolas e artesanais. Também se poderá contar com a colaboração de elementos voluntários, quer na formação em áreas específicas ligadas à valorização do património cultural local, quer na promoção de eventos que envolvam a comunidade.

A instabilidade a que temos assistido nos últimos anos a nível demográfico, económico e cultural, obrigou a repensar a forma como os recursos são aplicados, avaliando a sua rentabilidade e eficácia.

Partindo da premissa que “a necessidade aguça o engenho”, Portugal, à semelhança do que aconteceu noutros sistemas educativos, nomeadamente o Finlandês, e no caso particular da GreenSchool Bali, poderá tirar partido da necessidade de racionalização de recursos para assumir definitivamente a coragem de tornar a Educação o instrumento de mudança social. A heterogeneidade e descentralização, não pretendem desvincular os novos projetos da regulamentação do serviço público educativo, mas sim permitir uma maior responsabilização na direção e gestão das escolas, concorrendo, por um lado, para uma maior qualidade educativa, e por outro, para a sua sustentabilidade.

Por tudo isto, fez todo o sentido tentar responder à questão que norteou este estudo: como podemos contribuir para que a Madeira possa ter uma educação financeiramente e ambientalmente sustentável, unindo, num projeto, o melhor dos dois exemplos aqui referidos.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, E. (2011). Financiamento Público da Educação – ISEG. [Em linha]. Disponível em

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3489/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elisa%20Palma%20Alves.pdf> [Consultado em 2/ 11/17].

Amado, J. (2013). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. [Em linha]. Disponível em

https://www.essr.net/~jafundo/mestrado_material_itgkhnld/Material%20Prof%20Ilidia/Manual%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Qualitativa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o_2.pdf [Consultado em 2/ 12/17].

Brazão, M. (2016). Na Rota das aprendizagens sustentáveis. [Em linha]. Disponível em < <http://www.hdl.handle.net/10071/13442> > [Consultado em 29/11/16].

Brites, R. (2007). Manual de Técnicas e Métodos Quantitativos 1. [Em linha]. Disponível em

https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4635/Manual_MA_todos_Quantitativos_Tomo_1.pdf > [Consultado em 29/02/18].

CMF (2018).Resenha Biográfica. [Em linha]. Disponível em < <http://www.cm-funchal.pt/pt/c%C3%A2mara-municipalpt/verea%C3%A7%C3%A3o/com-pelouros.html>> [Consultado em 05/05/18].

CNE, Conselho Nacional de Educação.(2011).Recomendação sobre Financiamento das Escolas Públicas. [Em linha]. Disponível em <http://www.cnedu.pt/content/antigo/images/stories/Financ_Escolas_Pblicas.pdf> [Consultado em 29/11/15].

CNE, Conselho Nacional de Educação. (2016).Parecer n.º5/2016 [Em linha]. Disponível em

<http://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/pareceres/Organizacao_da_escola_e_promocao_do_sucesso_escolar.pdf> [Consultado em 3/ 10/17].

Coelho, M. (2012). A formação e as atitudes de professores do ensino básico face à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na sala de aula. [Em linha]. Disponível em

<https://kieinvestiga.wikispaces.com/file/view/TESE+FINAL+junho_+2012_imprimir1.pdf> [Consultado em 29/02/18].

Comissão Europeia. (2014). A Estratégia Europa 2020 em poucas palavras. [Em linha]. Disponível em <http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm> [Consultado em 29/11/15].

Comissão de Orçamento e Finanças. Orçamento Ministério da Educação 2011. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/5COF/OE2011/Paginas/OE2011.aspx>> [Consultado em 10/01/2016].

Cunha, A.(2015). Contratos de Autonomia nas Escolas Públicas. [Em linha]. Disponível em <<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/14628/1/Tese.pdf>> [Consultado em 29/11/15].

DNFE- Dirección Nacional Finlandesa de Educación (2007). Sistema Educativo da Finlândia. [Em linha]. Disponível em <http://www.opf.fi/download/124281_sistema_educativo_de_finlandia.pdf> [Consultado em 17/09/2017].

Eur-Lex- Legislação da UE. [Em linha]. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/structural_cohesion_fund.html?locale=pt> [Consultado em 21/12/15].

Eurydice, (2007). Autonomia das Escolas na Europa. Políticas e Medidas. [Em linha]. Disponível em <[http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=autonomia_escolas_europa.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=autonomia_escolas_europa.pdf)> [Consultado em 29/11/15].

Eurydice/ European Commission/EACEA, 2015. Assuring Quality in Education: Policies and Approaches to School Evaluation in Europe. Eurydice Report. Luxembourg: Publications Office of the European Union. [Em linha]. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/178en.pdf> [Consultado em 29/11/15].

Eurydice, Relatório. (2014). Financing Schools in Europe: Mechanisms, Methods and Criteria in Public Funding. [Em linha]. Disponível em

<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/170en.pdf> [Consultado em 21/12/2015].

Falcão, P. (2013). As escolas com contrato de autonomia. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13726/1/%28vers%C3%A3o%20final%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%29.pdf>> [Consultado em 12/12/17].

Gonçalves, N. (2013). Fatores de (in)sucesso na educação em Portugal - Perspetiva comparada do sistema educativo português e finlandês. [Em linha]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/7320>> [Consultado em 29/11/15].

Greenschool Bali Home Page. [Em linha]. Disponível em <<http://www.greenschool.org/>> [Consultado em 12/12/15].

Hill, M. e Hill, A. (1998). Investigação por questionário. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf> [Consultado em 13/ 11/17].

IFDR- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. [Em linha]. Disponível em < <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=189>> [Consultado em 21/12/15].

Justino, D. (2014). Estado da Educação 2013. [Em linha]. Disponível em <http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado-da-Educacao-2013-online-v4.pdf> [Consultado em 29/11/15].

Justino, D. (2016). Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar. [Em linha]. Disponível em <http://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/pareceres/Organizacao_da_escola_e_promocao_do_sucesso_escolar.pdf> [Consultado em 3/ 10/17].

Lima, L. et alli (2006). A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação. [Em linha]. Disponível em <http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/AeducacaoemPortugal_1986_2006.pdf> [Consultado em 19/02/18].

Marques, S. (2014). A Importância da Gestão na Sustentabilidade de Organizações Sem Fins Lucrativos Prestadoras de Serviços Sociais. [Em linha]. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/27778/1/TESE%20-%20Sara%20Marques.pdf> [Consultado em 10/03/16].

Moniz, M. (2016). A Sustentabilidade Financeira das Entidades da Economia Social- o caso das associações de imigrantes. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12297/1/disserta%20a7%20a3o%20vers%20a3o%20final123%20entrega2222.pdf>> [Consultado em 29/01/18].

OECD (2015), Education Policy Outlook 2015: Making Reforms Happen, [Em linha]. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264225442-en>> [Consultado em 21/12/2015].

OECD (2015). Education at a Glance 2015: Finland. [Em linha]. Disponível em <https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2015/finland_eag-2015-55-en#page1> [Consultado em 21/12/2015].

PISA (2009). Results: Executive Summary. [Em linha]. Disponível em <https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46619703.pdf> [Consultado em 21/12/2015].

PISA (2012). Results: What Students Know and Can Do. [Em linha]. Disponível em <https://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-volume-I.pdf> [Consultado em 15/02/2016].

PISA (2012) Results: What Makes Schools Successful? [Em linha]. Disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264201156-en.pdf?expires=1523708912&id=id&accname=guest&checksum=54011EB4499D864B542010F733DBD243> [Consultado em 15/02/2016].

Pordata- Base de Dados Portugal Contemporâneo- Despesas do Estado em educação: execução orçamental em % do PIB. [Em linha]. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>> [Consultado em 10/04/2016].

Pordata- Despesas do Estado em % do PIB: por algumas funções. [Em linha]. Disponível em <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>> [Consultado em 02/04/2018]

Pordata- Alunos Matriculados por Municípios. [Em linha]. Disponível em <<https://www.pordata.pt/Municipios/Alunos+matriculados+nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%A1sico+e+secund%C3%A1rio+p%C3%BAblico+total+e+por+n%C3%ADvel+de+ensino-202>> [Consultado em 05/05/2018]

Pordata- Docentes em exercício por Municípios. [Em linha]. Disponível em <<https://www.pordata.pt/Municipios/Docentes+em+exerc%C3%ADcio+nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%AAsico+e+secund%C3%A1rio+p%C3%ABlico+total+e+por+n%C3%ADvel+de+ensino-209>> [Consultado em 05/05/2018]

Portal das Escolas da RAM. [Em linha]. Disponível em <<http://escolas.madeira-edu.pt/EscolasdaRAM/tabid/11869/Default.aspx>> [Consultado em 05/05/2018]

Portugal2020 (2014). Acordo de Parceria Portugal 2014- 2020. [Em linha]. Disponível em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf> [Consultado em 21/12/2015].

Porvir (2013) Escola em Bali atrai visitantes do mundo inteiro. [Em linha]. Disponível em <<http://porvir.org/escola-em-bali-atrai-visitantes-mundo-inteiro/>> [Consultado em 12/12/15].

Rattner, H.(1999).Sustentabilidade- uma visão humanista. [Em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n5/n5a20.pdf> > [Consultado em 12/01/18].

Reis, E. et alli (1999). *Estatística Aplicada 2*. Lisboa, Edições Sílabo.

República Portuguesa- Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica. [Em linha]. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf> [Consultado em 21/12/2015].

Sahlberg, P. (2011). Finnish lessons: What can the world learn from educational change in Finland. [Em linha]. Disponível em <https://www.pedocs.de/volltexte/2015/11098/pdf/CEPSJ_2011_3_Franko_Rezension_Sahlberg_Finnish_lessons_what_can.pdf> [Consultado em 25/01/17].

Santos, H. (2013). Modelos de Gestão das Escolas- uma abordagem comparativa. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11781/1/Relat%C3%B3rio%20Mestrado%20Hortense.pdf> >[Consultado em 12/12/17].

Santos, T. e Siqueira, S.(2009). Organizações da Sociedade Civil e as Construções teóricas contemporâneas a cerca da Sustentabilidade. [Em linha]. Disponível em

http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/40/pdf_6> [Consultado em 12/01/18].

Santos, S. (2012). O Estado e a Autonomia das Escolas. [Em linha]. Disponível em <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10781/1/Relat%C3%B3rio.pdf>> [Consultado em 12/12/17].

Schmidt, L. e Guerra, J. (2013). Do Ambiente ao Desenvolvimento sustentável: contextos e Protagonistas da educação ambiental em Portugal. [Em linha]. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4873/Do%20Ambiente%20ao%20Desenvolvimento%20Sustent%c3%a1vel.pdf?sequence=1> > [Consultado em 12/01/18].

Souza, G. (2015). Cidadania, Educação Ambiental e Sustentabilidade no Ambiente Escolar. [Em linha]. Disponível em <<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4919/1/DMGraceSouza.pdf>> [Consultado em 12/01/18].

SRE (2018). O Secretário. [Em linha]. Disponível em <<https://www.madeira.gov.pt/sre/Estrutura/O-Secret%C3%A1rio>> [Consultado em 05/05/18].

Stilwell, I. (2006). As Lições do Ministro. [Em linha]. Disponível em <<http://www.finlandia.org.pt/public/default.aspx?contentid=140007&contentlan=17&culture=pt-PT>> [Consultado em 13/03/18].

USGB -U.S. Green Building Concil's Centre for Geen Schools. [Em linha]. Disponível em <<https://www.usgbc.org/articles/2012-greenest-school-earth-green-school-bali>> [Consultado em 13/03/18].

Yayasan Kul-Kul. (2015). Financial report for the academic year ending 2015. [Em linha]. Disponível em <<http://www.greenschool.org/wp-content/uploads/2015/05/2013-2015-finance-report.pdf>> [Consultado em 12/12/15].

Legislação Consultada

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril

ANEXOS

ANEXO 1. ANÁLISE SWOT- PONTOS FRACOS DE ALGUMAS ESCOLAS

Escola Secundária com 3º ciclo Fernão Mendes Pinto

http://www.esfmp.pt/sites/esfmp.pt/files/CAF-ESFMP-relatorio_geral.pdf

Anexo 2 - Análise Swot | Escola Secundária Fernão Mendes Pinto

	PONTOS FRACOS
da vida da escola (PEE,	Equipamentos laboratoriais obsoletos; Ausência de indicadores de medida no PEE ainda em vigor; Resultados escolares dos alunos nas disciplinas de matemática e físico-química;

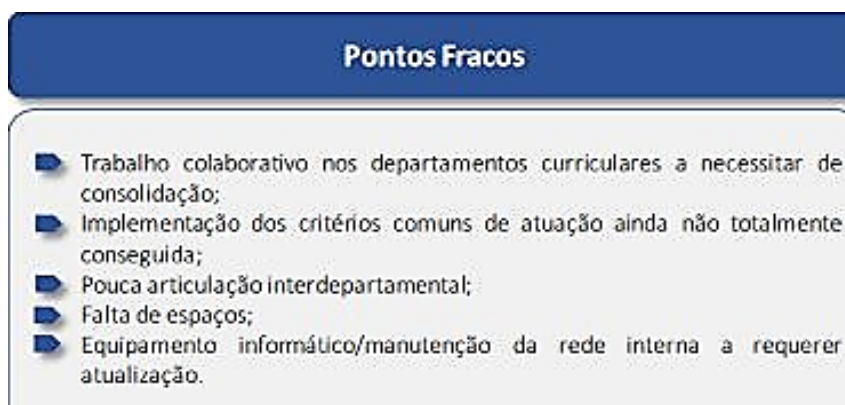
Escola Secundária dr. José Afonso

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6149/4/ulfpie039979_tm_Anexo_14.pdf

	Pontos fracos	Pontos fracos	Pontos fracos
Pavilhões e espaços externos	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de ligação entre os pavilhões; - Falta de espaços verdes no exterior; - Falta de espaços apropriados para o desenvolvimento da ocupação plena dos tempos escolares dos alunos. - Falta de acessos para deficientes e degradação física e visual do pavilhão C; - Insuficiência da «sala do aluno»; - Condições acústicas do pavilhão B. 	<ul style="list-style-type: none"> possibilidade de disponibilizar espaços (por exemplo, para uma melhor sala de estudo e para receber os encarregados de educação); - Espaços destinados à Educação Física insuficientes; - Grande constrangimento na leccionação das aulas de Educação Física devido à falta de assistentes operacionais nos balneários; - Falta de espaços para o desenvolvimento dos projetos; - Sala de estudo pouco adequada; - Espaço para receber os Encarregados de Educação; - Degradação de alguns espaços do pavilhão C, principalmente dos laboratórios. - A sala das balanças (Lab. de Física) tem graves problemas de infiltração de águas pluviais não podendo ser utilizada no Inverno. 	<ul style="list-style-type: none"> estão em avançado estado de degradação; - As Máquinas Ferramentas existentes nas Oficinas de Mecânica não foram ainda ligadas nem feito o seu assentamento; - Inexistência do material didáctico necessário à leccionação de alguns conteúdos da disciplina de Práticas Desportivas e Recreativas; - Reduzido orçamento para a manutenção do equipamento óptico (referido pelo Director de Instalações de Biologia e Geologia).

Escola Secundária da Ribeira Grande

<http://www.esrg.pt/Documentos/Escola/PEE.pdf>



Pontos Fracos

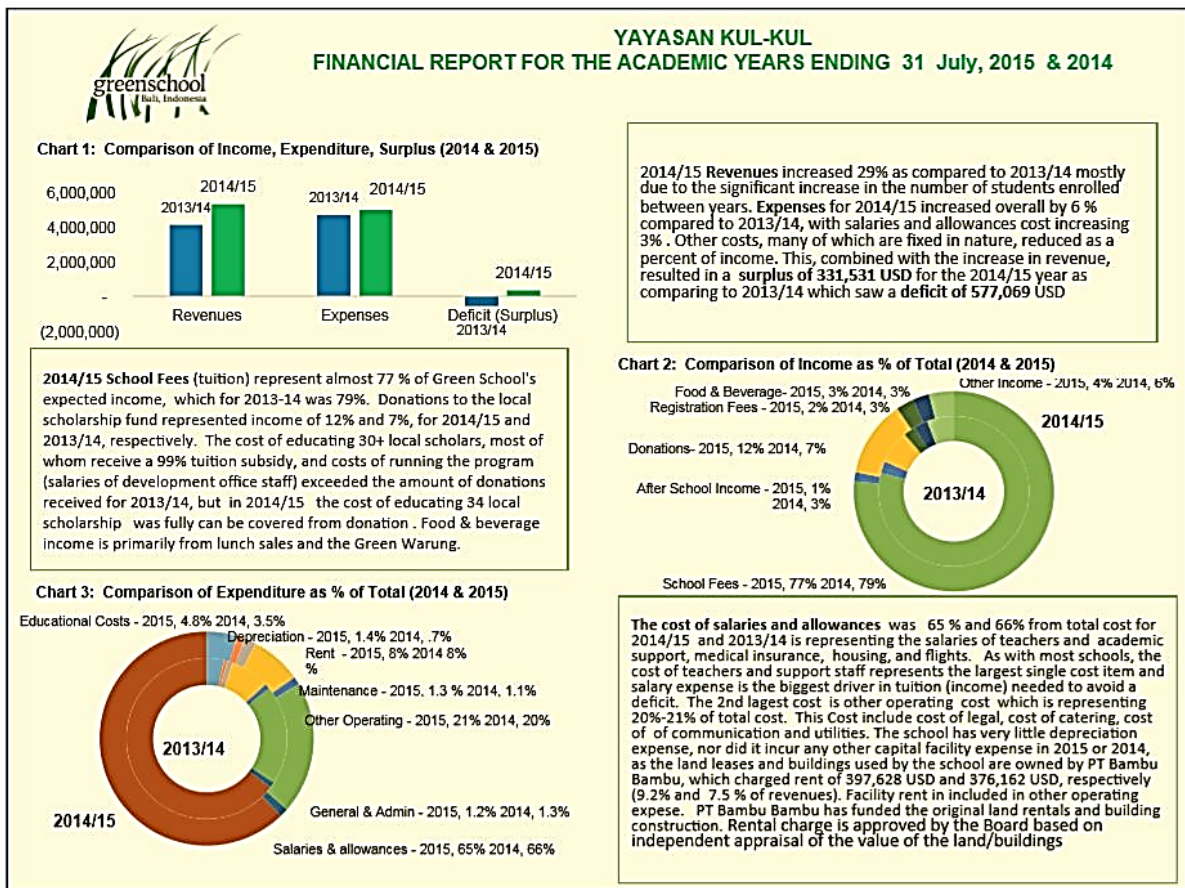
- ▶ Trabalho colaborativo nos departamentos curriculares a necessitar de consolidação;
- ▶ Implementação dos critérios comuns de atuação ainda não totalmente conseguida;
- ▶ Pouca articulação interdepartamental;
- ▶ Falta de espaços;
- ▶ Equipamento informático/manutenção da rede interna a requerer atualização.

Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves

http://agan.pt/pdf/projecto_educativo.pdf

- Falta de infra-estruturas pedagógicas, culturais e desportivas
- Material informático ultrapassado e desadequado, em alguns sectores
- **Obras de requalificação dos espaços nos anos lectivos de 2009/10 e 2010/11, geradoras de maior conflitualidade e limitação ao nível das aulas práticas e do espaço envolvente**

ANEXO 2. GREENSCHOOL BALI- FINANCE REPORT 2015



YAYASAN KUL-KUL STATEMENTS OF ACTIVITIES FOR THE ACADEMIC YEARS ENDING JULY 31, 2015 & 2014 <i>2014/15 versus 2013/14 Unaudited</i> (Expressed in US Dollars)		
	Actual 2014/15	Actual 2013/14
REVENUES		
School fees	4,047,682	3,231,344
After school income	77,783	105,761
Donations	654,089	293,519
Registration fees	152,655	106,120
Food and beverage income	139,780	121,682
Interest income	2,421	4,117
Other income	209,510	233,147
Total Revenues	5,283,920	4,095,692
EXPENSES		
Total expenditures for school operatio	5,042,882	4,726,179
Loss (gain) on foreign exchange - net	(90,492)	(53,418)
Expenses - Net	4,952,390	4,672,761
NET INCREASE (DECREASE) IN ASSETS	331,530	(577,069)

YAYASAN KUL-KUL OFFICE OF DEVELOPMENT (SCHOLARSHIP PROGRAM) FOR THE ACADEMIC YEARS ENDING JULY 31, 2015 & 2014 <i>2014/15 versus 2013/14 Unaudited</i> (Expressed in US Dollars)		
	Actual 2014/15	Actual 2013/14
DONATION		
Donation-Tour	77,100	48,959
Donation-Scholarships	255,675	146,564
Bamboo Carved	194,649	16,851
Donation-Event	95,896	61,796
Donation-Souvenir & others	8,568	4,173
Donation Campus Vendor	22,201	15,177
Total Donations	654,089	293,519
Total Program Cost	460,937	417,136
Surplus (deficit)	193,152	(123,617)
Accumulative Surplus (deficit) since 2012/13	25,239	(167,913)
Total Students	34	30
Cost Program / Student	13,557	13,905

ANEXO 3. VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO POR PERITOS

a) Professora Tereza Ventura

Validação de questionário por peritos

Conforme e-mail de envio, solicita-se e muito se agradece a sua participação, enquanto perito na validação deste instrumento, pergunta a pergunta e globalmente, de forma a perceber a adequabilidade do mesmo para o estudo referido na apresentação subsequente.

Texto de Apresentação do Questionário

QUESTIONÁRIO

O presente questionário insere-se num estudo sobre a problemática do ensino, que continua direcionado à transmissão e receção de conhecimento, preso ao modelo tradicional de escola. O nosso trabalho incide numa visão de desenvolvimento do ser humano num todo (cognitivo, físico e emocional), na ligação com a natureza e na valorização dos recursos locais, promovendo o espírito crítico e interventivo face às mudanças sociais e globais. Para efeitos deste estudo, considera-se todos os elementos que façam parte da comunidade educativa (encarregado de educação, aluno, pessoal docente e não docente). Tem como objetivo diagnosticar a aceitabilidade, na RAM, do projeto educativo de inovação, Comunidade Educativa Verde (CEV), que acabou de ver nesta apresentação, como “(...) uma nova construção social que, efetivamente, eduque e seja agente de desenvolvimento humano sustentável.” (Pacheco, 2014, pp.13)

A sua colaboração é preciosa para a concretização deste trabalho, por isso, solicito-lhe que disponibilize um pouco do seu tempo para ler e responder a este questionário.

Não existem respostas certas ou erradas, mas apenas um conjunto de questões sobre as quais pretendo conhecer o que pensa. Este questionário só poderá contribuir para a investigação referida, desde que esteja completamente preenchido.

O questionário é anónimo e será utilizado, apenas, para fins científicos.

Obrigada pela sua colaboração.

Validação do questionário

Seguidamente, são apresentadas as questões colocadas aos participantes deste estudo, seus objetivos e suporte para validação.

1ª Parte

Questão 1

Objetivo: Recolher dados em relação à idade dos inquiridos para uma melhor contextualização.

1. **Idade** (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)

- ≤ 18
- 19 - 30
- 31 – 65
- >65

Validação da questão 1

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 2

Objetivo: Recolher dados sobre o género dos inquiridos para uma melhor contextualização.

2. **Género** (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)

- Feminino
- Masculino

Validação da questão 2

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 3

Objetivo: Recolher dados em relação às funções desempenhadas pelos inquiridos para uma melhor contextualização.

3. Funções que desempenha (*assinale a(s) opção(ões) que corresponde(em) ao seu caso*)

- Aluno
- Direção/Órgão de gestão de escola
- Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais
- Docente
- Encarregado de educação/pais
- Não docente
- Outro. Qual?

Validação da questão 3

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X

Críticas e sugestões:

4ª Parte

As questões 16 a 21 dizem respeito à importância de ter um financiamento económico sustentável, com uma rentabilização de meios com vista a menores custos (reutilização, reciclagem, eficiência energética); melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável) e obtenção de receitas próprias (patrocínios, donativos, aluguer de espaços; formação; campos de férias e venda de produtos agrícolas e artesanais próprios).

Questão 16

Objetivo: Recolher dados em relação à relevância da sustentabilidade económica do projeto CEV.

16. Considera importante que o projeto CEV se preocupe em encontrar formas de garantir a sua própria sustentabilidade económica? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 16

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 17

Objetivo: Recolher dados sobre a opinião dos inquiridos, relativamente à importância de a sustentabilidade económica ser feita com recursos a boas práticas ambientais.

17. Parece-lhe importante que a sustentabilidade económica deste projeto assente sobre preocupações ambientais (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética). (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 17

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 18

Objetivo: Recolher dados em relação à importância de a sustentabilidade económica do projeto para a Região.

18. Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 18

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 19

Objetivo: Recolher dados em relação à relevância da sustentabilidade económica do projeto CEV.

19. Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias). (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 19

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 20

Objetivo: Recolher dados sobre o interesse em integrar o projeto CEV.

20. Sendo este um projeto alternativo, mas de cariz público, estaria interessado em participar no mesmo? *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 20

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

Questão 21

Objetivo: Recolher dados em relação à importância do projeto ser tendencialmente gratuito.

21. Considera importante que a sustentabilidade económica e ambiental do projeto permita a sua gratuidade? *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 21

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		X
Compreensão		X
Objetividade		X
Neutralidade		X
Aplicabilidade		X
Críticas e sugestões:		

b) Professor Luís Farrajota

Re: Validação de Questionário



Luis Farrajota <lfarrajota@ufp.edu.pt>

seg 11-04-2016, 13:44

Você ✉



Responder | ▾

Reencaminhou esta mensagem a 30-01-2018 16:35

Viva,

boa tarde,

questões:

- 1- depende do público alvo, "eu" preferiria pecar por excesso do que por defeito e colocava o termo CEV por extenso, sempre.
- 2- ao colocar uma outra opção de resposta, darão como opções de resposta, três, e, na dúvida, a resposta por instinto, recaí na opção do meio, opção ímpar.... Sugiro que encontre 4 opções, se possível;
- 3- O importante é que quem responde ao questionário, possa perceber antes de responder às questões, o que se entende concretamente por inteligência emocional nos dados que pretendem recolher.. penso que explicam no fim das questões, sugiro que coloquem antes das questões...

Genericamente parece-me uma recolha bem feita.

Continuação de bom trabalho.

Cps,

Luis Farrajota

c) Professora Doutora Maria João Beja

Validação de questionário por peritos

Conforme e-mail de envio, solicita-se e muito se agradece a sua participação, enquanto perito na validação deste instrumento, pergunta a pergunta e globalmente, de forma a perceber a adequabilidade do mesmo para o estudo referido na apresentação subsequente.

Texto de Apresentação do Questionário

QUESTIONÁRIO

O presente questionário insere-se num estudo sobre a problemática do ensino, que continua direcionado à transmissão e receção de conhecimento, preso ao modelo tradicional de escola. O nosso trabalho incide numa visão de desenvolvimento do ser humano num todo (cognitivo, físico e emocional), na ligação com a natureza e na valorização dos recursos locais, promovendo o espírito crítico e interventivo face às mudanças sociais e globais. Para efeitos deste estudo, considera-se todos os elementos que façam parte da comunidade educativa (encarregado de educação, aluno, pessoal docente e não docente). Tem como objetivo diagnosticar a aceitabilidade, na RAM, do projeto educativo de inovação, Comunidade Educativa Verde (CEV), que acabou de ver nesta apresentação, como “(...) uma nova construção social que, efetivamente, eduque e seja agente de desenvolvimento humano sustentável.” (Pacheco, 2014, pp.13)

A sua colaboração é preciosa para a concretização deste trabalho, por isso, solicito-lhe que disponibilize um pouco do seu tempo para ler e responder a este questionário.

Não existem respostas certas ou erradas, mas apenas um conjunto de questões sobre as quais pretendo conhecer o que pensa. Este questionário só poderá contribuir para a investigação referida, desde que esteja completamente preenchido.

O questionário é anónimo e será utilizado, apenas, para fins científicos.

Obrigada pela sua colaboração.

Validação do questionário

Seguidamente, são apresentadas as questões colocadas aos participantes deste estudo, seus objetivos e suporte para validação.

1ª Parte

Questão 1

Objetivo: Recolher dados em relação à idade dos inquiridos para uma melhor contextualização.

1. Idade (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ≤ 18
- 19 - 30
- 31 – 65
- >65

Validação da questão 1

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade		x
Aplicabilidade	X	

Críticas e sugestões:
Pedir data nascimento. Permitirá sempre trabalhar e categorizar os dados de acordo com as necessidades do momento.

Questão 2

Objetivo: Recolher dados sobre o género dos inquiridos para uma melhor contextualização.

2. Género (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- Feminino
- Masculino

Validação da questão 2

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade	x	
Neutralidade		
Aplicabilidade	x	
Críticas e sugestões:		
Talvez substituir pelo sexo. Será sempre a resposta a que teremos acesso.		

Questão 3

Objetivo: Recolher dados em relação às funções desempenhadas pelos inquiridos para uma melhor contextualização.

3. Funções que desempenha (assinale a(s) opção(ões) que corresponde(em) ao seu caso)

- Aluno
- Direção/Órgão de gestão de escola
- Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais
- Docente
- Encarregado de educação/pais
- Não docente
- Outro. Qual? _____

Validação da questão 3

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão	x	
Objetividade	x	
Neutralidade		x
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		
Talvez papel em vez de função, e que desempenha em que contextos(ex contexto educativo). Direção entre parenteses como exemplo de órgão.		

4ª Parte

As questões 16 a 21 dizem respeito à importância de ter um financiamento económico sustentável, com uma rentabilização de meios com vista a menores custos (reutilização, reciclagem, eficiência energética); melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável) e obtenção de receitas próprias (patrocínios, donativos, aluguer de espaços; formação; campos de férias e venda de produtos agrícolas e artesanais próprios).

Questão 16

Objetivo: Recolher dados em relação à relevância da sustentabilidade económica do projeto CEV.

16. Considera importante que o projeto CEV se preocupe em encontrar formas de garantir a sua própria sustentabilidade económica? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 16

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade		x
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		

Questão 17

Objetivo: Recolher dados sobre a opinião dos inquiridos, relativamente à importância de a sustentabilidade económica ser feita com recursos a boas práticas ambientais.

17. Parece-lhe importante que a sustentabilidade económica deste projeto assente sobre preocupações ambientais (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética). (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 17

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade	x	
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		

Questão 18

Objetivo: Recolher dados em relação à importância de a sustentabilidade económica do projeto para a Região.

18. Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 18

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade	x	
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		

Questão 19

Objetivo: Recolher dados em relação à relevância da sustentabilidade económica do projeto CEV.

19. Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias). (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 19

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade		x
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		

Questão 20

Objetivo: Recolher dados sobre o interesse em integrar o projeto CEV.

20. Sendo este um projeto alternativo, mas de cariz público, estaria interessado em participar no mesmo? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 20

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade	x	
Neutralidade		x
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		
Talvez devesse ser clarificado o enunciado. Quando confrontado com a questão anterior pode ser dúbia a sua interpretação.		

Questão 21

Objetivo: Recolher dados em relação à importância do projeto ser tendencialmente gratuito.

21. Considera importante que a sustentabilidade económica e ambiental do projeto permita a sua gratuidade? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não NS/NR

Validação da questão 21

Itens/opção de resposta	Insuficiente	Adequado
Apresentação		x
Compreensão		x
Objetividade		x
Neutralidade		x
Aplicabilidade		x
Críticas e sugestões:		

ANEXO 4. INQUÉRITO APLICADO DEPOIS DA VALIDAÇÃO POR PERITOS

QUESTIONÁRIO

O presente questionário insere-se num estudo sobre a problemática do ensino, que continua direcionado à transmissão e receção de conhecimento, preso ao modelo tradicional de escola. Este trabalho incide numa visão de desenvolvimento do ser humano num todo (cognitivo, físico e emocional), na ligação com a natureza e na valorização dos recursos locais, promovendo o espírito crítico e interventivo face às mudanças sociais e globais. Para efeitos deste estudo, considera-se todos os elementos que façam parte da comunidade educativa (encarregado de educação, aluno, pessoal docente e não docente). O objetivo geral deste estudo é verificar a aceitabilidade de um projeto educativo alternativo, na RAM, como exemplifica o vídeo que acabou de ver nesta apresentação “(...) uma nova construção social que, efetivamente, eduque e seja agente de desenvolvimento humano sustentável.” (Pacheco, 2014, pp.13)

A sua colaboração é preciosa para a concretização deste trabalho, por isso, solicito-lhe que disponibilize um pouco do seu tempo para ler e responder a este questionário.

Não existem respostas certas ou erradas, mas apenas um conjunto de questões sobre as quais pretendo conhecer o que pensa. Este questionário só poderá contribuir para a investigação referida, desde que esteja completamente preenchido.

O questionário é anónimo e será utilizado, apenas, para fins científicos.

Obrigada pela sua colaboração.

1ª Parte

1. **Idade** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

≤ 18 19 - 30 31 – 65 >65

2. **Género** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Feminino Masculino

3. **Funções que desempenha** (assinale a(s) opção(ões) que corresponde(em) ao seu caso)

- Aluno
- Direção/Órgão de gestão de escola
- Dirigente Educativo com cargo nas direções regionais
- Docente
- Encarregado de educação/pais
- Não docente
- Outro. Qual? _____

4ª Parte

As questões 16 a 21 dizem respeito à importância de ter um financiamento sustentável, com uma rentabilização de meios com vista a menores custos (reutilização, reciclagem, eficiência energética); melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável) e obtenção de receitas próprias (patrocínios, donativos, aluguer de espaços; formação; campos de férias e venda de produtos agrícolas e artesanais próprios).

16. **Considera importante que este projeto se preocupe em encontrar formas de garantir a sua própria sustentabilidade económica?** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

17. **Parece-lhe importante que a sustentabilidade económica deste projeto assente sobre preocupações ambientais (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética)?** *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

18. **Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)?** *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

19. **Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias)?** *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

20. **Sendo este um projeto alternativo, mas de cariz público, estaria interessado em participar no mesmo?** *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

21. **Considera importante que a sustentabilidade económica e ambiental do projeto permita a sua gratuidade?** *(assinale a opção que corresponde ao seu caso)*

Sim, muito Talvez Não Não Sabe/ Não Responde

ANEXO 5. CONFERÊNCIA “DES(A)FIAR A ESCOLA



19
ABRIL
2016
TEATRO MUNICIPAL GULTAZAR DIAS

9h00 Recepção aos participantes
9h30 Sessão de abertura
10h00 • **OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO**
César Bona Garcia
11h45 Debate
12h30 Almoço
14h00 **PAINEL “DES(a)FIAR EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS”**
• **UM CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATIVO DE EDUCAÇÃO**
Helena Camacho – Movimento Escola Moderna
• **EDUCAÇÃO EM LIBERDADE**
Maria José Faria – Ilha Verde
• **COMUNIDADE EDUCATIVA VERDE (CEV)**
Isabel Paquete/ Guilherme Silva – CEV
14h45 Debate
15h30 Pausa
15h45 **PAINEL “OLHARES QUE DES(a)FIAM”**
• **O FUTURO DA ESCOLA – A ESCOLA DO FUTURO. DESAFIOS E PERSPETIVAS.**
Elsa Fernandes – Universidade da Madeira
• **A ESCOLA EM DESCOMPASSO**
Jesus Maria Sousa – Universidade da Madeira
17h00 Debate
17h30 Encerramento

WWW.CM-FUNCHAL.PT/EDUCACAO

ANEXO 6. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À CMF PARA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO

De: "Isabel Paquete" <anaisabelpaquete@gmail.com>
Data: 26/02/2016 11:25
Assunto: Pedido de autorização para aplicação de inquéritos
Para: <madalena.nunes@cm-funchal.pt>
Cc:

Muito bom dia cara Dr.ª Madalena Nunes,
Como participantes/oradores na Conferência Des(af)tar a Escola, que terá lugar no dia 19 de abril, no Teatro Municipal Baltazar Dias, vimos por este meio solicitar autorização para aplicar um inquérito no âmbito do Vestrado em Docência e gestão da Educação: Administração Escolar e Administração Educacional ao público presente no evento.
Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento,
Os melhores cumprimentos,
Isabel Paquete

De: Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes <madalena.nunes@cm-funchal.pt>
Para: Isabel Paquete <anaisabelpaquete@gmail.com>
Cc: Iolanda Catarina Gomes Pestana do Vale Lucas <iolanda.lucas@cm-funchal.pt>, Claudia Isabel Rosmaninho Bilou <claudia.bilou@cm-funchal.pt>
Cc:

Date: Fri, 26 Feb 2016 21:09:31 +0000
Subject: RE: Pedido de autorização para aplicação de inquéritos
Boa noite, Isabel,
Desculpa a informalidade. Já tínhamos falado sobre este assunto em sede de reunião do Departamento de Educação e Qualidade de Vida.
Penso que não haverá problema algum. De qualquer forma estou a enviar esta resposta com conhecimento à Dr.ª Iolanda Lucas, diretora de departamento, e à Dr.ª Cláudia, que está a coordenar todo este congresso.
Iles poderão articular melhor o que for mais eficaz, acertando os pormenores.
Faremos de enviar uma resposta mais formal a este pedido, que penso que será positiva.
Um abraço e até breve.
Com os melhores cumprimentos
Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes
Vereadora da Câmara Municipal do Funchal



Câmara Municipal do Funchal
Presidência
Praça do Município
9004-512 Funchal, Madeira, Portugal
Telef: +351 291 211 122 | Fax: +351 291 211 081
E-mail: madalena.nunes@cm-funchal.pt | Website: www.cm-funchal.pt
De: Isabel Paquete |mailto:anaisabelpaquete@gmail.com

ANEXO 7. GUIÃO DA ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tipo de entrevista: semiestruturada

Entrevistados: Vereadora da Câmara Municipal do Funchal com o pelouro da Educação;

Tema Projeto de Investigação A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE EDUCAÇÃO

Objetivo geral: o projeto de investigação incide numa visão de desenvolvimento do ser humano num todo (cognitivo, físico e emocional), na ligação com a natureza e na valorização dos recursos locais, promovendo o espírito crítico e interventivo face às mudanças sociais e globais. Para efeitos deste estudo, considera-se todos os elementos que façam parte de uma comunidade educativa e pretende-se diagnosticar a aceitabilidade, na RAM, deste projeto educativo alternativo.

Blocos	Objetivos	Tópicos	Questões
I	Legitimação da entrevista: justificar a entrevista e motivar o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o objetivo da entrevista; - Solicitar a colaboração, explicitando a importância da sua intervenção; - Indicar o tema da entrevista; - Garantir a confidencialidade; - Solicitar autorização de gravação da entrevista e assinatura da declaração de consentimento informado. 	

<p>II –</p>	<p>Sustentabilidade financeira</p>	<p>A importância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um financiamento sustentável, com uma rentabilização de meios com vista a menores custos (pessoal docente, taxas de retenção de alunos; reutilização e reciclagem de materiais, eficiência energética); • um melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável); 	<p>- Para onde vão os maiores gastos da CMF em relação à educação?</p> <p>- Qual a mais valia que a CMF vê na utilização de recursos materiais e humanos em prol da educação dos nossos alunos? (isto é, haver uma parceria SRE com os docentes e CMF com espaços, etc)</p> <p>-Em relação à intervenção das Câmaras qual a sua opinião sobre os contratos de autonomia? Será que este não levaria a uma redução de custos?</p> <p>- Considera que o âmbito de ação da CMF na educação deveria ser mais alargado?</p> <p>- Como é que a CMF vê a sustentabilidade económica assente em preocupações ambientais? (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética)?</p> <p>- Até que ponto a CMF dá importância (ou valoriza) a projetos que valorizem a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)?</p>
-------------	------------------------------------	--	--

<p>II –</p>	<p>Sustentabilidade financeira</p>	<p>A importância de:</p> <ul style="list-style-type: none">• receitas próprias (patrocínios, donativos, aluguer de espaços; formação; campos de férias e venda de produtos agrícolas e artesanais próprios).	<p>- Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias)?</p>
--------------------	------------------------------------	--	---

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tipo de entrevista: semiestruturada

Entrevistados: Secretário Regional da Educação;

Tema Projeto de Investigação A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE EDUCAÇÃO

Objetivo geral: o projeto de investigação incide numa visão de desenvolvimento do ser humano num todo (cognitivo, físico e emocional), na ligação com a natureza e na valorização dos recursos locais, promovendo o espírito crítico e interventivo face às mudanças sociais e globais. Para efeitos deste estudo, considera-se todos os elementos que façam parte de uma comunidade educativa e pretende-se diagnosticar a aceitabilidade, na RAM, deste projeto educativo alternativo.

Blocs	Objetivos	Tópicos	Questões
I	Legitimação da entrevista: justificar a entrevista e motivar o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o objetivo da entrevista; - Solicitar a colaboração, explicitando a importância da sua intervenção; - Indicar o tema da entrevista; - Garantir a confidencialidade; - Solicitar autorização de gravação da entrevista e assinatura da declaração de consentimento informado. 	

<p>II –</p>	<p>Sustentabilidade financeira</p>	<p>A importância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um financiamento sustentável, com uma rentabilização de meios com vista a menores custos (pessoal docente, taxas de retenção de alunos; reutilização e reciclagem de materiais, eficiência energética); • um melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável); 	<p>- Para onde vão os maiores gastos na educação? (custo médio por aluno por ano 1200EE)</p> <p>- Como faria para minimizar este problema sem trazer problemas sociais acrescidos, tais como desemprego e subsídio de desemprego? (Formação de professores para saberes transversais?)</p> <p>- A taxa de retenção traz custos acrescidos para a sustentabilidade económica da Região?</p> <p>-Qual a sua opinião sobre os contratos de autonomia? Será que este não levaria a uma redução de custos?</p> <p>- Parece-lhe importante que a sustentabilidade económica deste projeto assente sobre preocupações ambientais (reutilização ecológica de materiais, reciclagem, agricultura biológica, permacultura, eficiência energética)?</p> <p>- Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)?</p>
<p>94</p>			

<p>II –</p>	<p>Sustentabilidade financeira</p>	<p>A importância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • um melhor aproveitamento das horas letivas através de trabalho em equipas, recurso a apoios comunitários (infraestruturas, formação pedagógica, projetos de inclusão, desenvolvimento rural e marítimo sustentável); • receitas próprias (patrocínios, donativos, aluguer de espaços; formação; campos de férias e venda de produtos agrícolas e artesanais próprios). 	<p>- Considera que este projeto pode ser uma mais-valia para a sustentabilidade económica e ambiental da Região (utilização racional dos solos, artesanato, turismo, etc)?</p> <p>- Considera importante o facto deste projeto de inovação não acarretar despesas acrescidas à Educação (utilização racional de educadores em equipas e áreas multidisciplinares, alimentação própria, parcerias, contrato de autonomia, receitas próprias)?</p>
-------------	------------------------------------	--	--

ANEXO 8. PEDIDO DE AUDIÊNCIAS PARA ENTREVISTAS

De: isabel branco <isabelbranco2003@hotmail.com>
Data: segunda-feira, 9 de outubro de 2017, 15:23
Para: Jose Deodato Carvalho Rodrigues <deodato.rodrigues@madeira.gov.pt>
Assunto: Entrevista para uma dissertação de Mestrado

Boa tarde, Deodato

Venho por este meio solicitar uma entrevista ao Sr. Secretário da Educação no âmbito de uma dissertação de mestrado sobre um projeto de intervenção alternativo ao sistema de ensino atual.

Este projeto incide sobre duas temáticas: a sustentabilidade económica de uma nova organização educativa e suas práticas pedagógicas, sendo que cada um dos temas corresponde a dois trabalhos distintos mas interligados, pelo que a concretização desta entrevista será feita por mim e uma colega de mestrado.

Acréscimo que esta entrevista servirá, exclusivamente, para o estudo supracitado.

Fico a aguardar resposta, disponível para qualquer esclarecimento.

Cumprimentos,

Isabel Branco

De: Zita Maria Fernandes Camacho Rodrigues <zitarodrigues@gov-madeira.pt>
Enviado: 12 de outubro de 2017 08:56
Para: isabelbranco2003@hotmail.com
Cc: Rosa Maria Reis Neves
Assunto: RE: Entrevista para uma dissertação de Mestrado

Exma. Senhora
Profª Isabel Branco

Cumpre-nos informar V. Exa. que foi agendada para o próximo dia 27 do corrente mês, pelas 10:00 horas, a entrevista com o Senhor Secretário Regional. Os nossos cumprimentos,



Secretaria Regional
de Educação

Zita Rodrigues
Secretária Pessoal

Gabinete do Secretário de Educação

Contactos:
Tel.: +351 291 202 605 | Fax: +351 291 202 609

Isabel Paquete <anaisabelpaquete@gmail.com>
para madalena.nunos, isabel ▾

24/10/17 ☆ ↶

Exma. Senhora Vereadora Dra. Madalena Nunes,

Vimos por este meio solicitar uma entrevista a Vossa Exa. no âmbito de uma dissertação de mestrado sobre um projeto de intervenção alternativo ao sistema de ensino atual.

Este projeto incide sobre duas temáticas: a sustentabilidade económica de uma nova organização educativa e suas práticas pedagógicas, sendo que cada um dos temas corresponde a dois trabalhos distintos mas interligados, a concretização desta entrevista será feita pelas respetivas autoras do estudo, Isabel Branco e Isabel Paquete, em simultâneo.

Acréscimamos que esta entrevista servirá, exclusivamente, para o estudo supracitado.

Ficamos a aguardar resposta, disponíveis para qualquer esclarecimento.

Melhores cumprimentos,

Isabel Branco e Isabel Paquete
(Tm: 96 617 25 71, 96 369 88 12)

Catarina Marília Andrade Garanito Ferreira <catarina.ferreira@cm-funchal.pt>
para Joao, mim, Maria ▾

25/10/17 ☆

Bom dia,
O Vosso pedido de entrevista fica agendado para amanhã, dia 26.10.2017, pelas 16H00.
Aguardo confirmação da Vossa parte.
Obrigada,
Com os melhores cumprimentos,

Catarina Marília Ferreira
Secretária Vereadora Dra. Madalena Nunes



Câmara Municipal do Funchal
Presidência

Anexo 9. Declaração de Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação integrado no Mestrado em Docência e Gestão da Educação, ramo Administração Escolar e Administração Educacional, em curso na Universidade Fernando Pessoa do Porto, com o tema

“A Sustentabilidade Financeira e Ambiental de um Projeto Alternativo de Escola”

Eu, abaixo-assinado, -----
-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/_____/20__

Assinatura do participante no projeto: _____

O Investigador responsável:

Nome: Isabel Alexandra Rodrigues de Freitas Branco

Assinatura:

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa